



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

MATEUS JURKOVSKI

FUNDAMENTISMO E O DILEMA DE SELLARS

ERECHIM

2022

MATEUS JURKOVSKI

FUNDARENTISMO E O DILEMA DE SELLARS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Filosofia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ramos Mendonça

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Jurkovski, Mateus
Fundarentismo e o Dilema de Sellars / Mateus
Jurkovski. -- 2022.
56 f.

Orientador: Doutor Bruno Ramos Mendonça

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Filosofia, Erechim, RS, 2022.

1. Fundarentismo. 2. Dilema de Sellars. 3. Mito do
dado. 4. Justificação. 5. Epistemologia. I. Mendonça,
Bruno Ramos, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

MATEUS JURKOVSKI

FUNDARENTISMO E O DILEMA DE SELLARS

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciado em Filosofia da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Ramos Mendonça - UFFS

Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski - UFSC

Prof. Dr. Thiago Soares Leite - UFFS

À Fabi, pois nossa relação é de suporte mútuo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Fabi, pois este trabalho não teria sido possível sem nosso trabalho em equipe para conciliar vida acadêmica e paternidade/maternidade. Ao Otto, pelos seus sorrisos. À minha mãe e minha avó, por todo apoio no âmbito material desde o início da graduação.

Ao professor Bruno, por ter aceito me orientar e ser um orientador rigoroso que não permite que eu escreva frases mal fundamentadas. Ao professor Félix, que em seu único semestre na UFFS redirecionou meus interesses filosóficos. Ao professor Thiago, por todas as lições em metafísica e em escrita de artigos que me prepararam para poder escrever este TCC. Ao professor Jerzy, pelas aulas de lógica que no primeiro semestre me fizeram perceber que eu estava no lugar certo. E aos demais professores do curso por todos ensinamentos e apoio.

Aos amigos, sejam os amigos que conheci através do curso, os amigos que eu já tinha, ou os amigos virtuais (alguns dos quais também estão no caminho da filosofia). Ninguém sobrevive sozinho, então minha saúde mental agradece à presença de todos vocês.

E, sem dúvidas, à Alexandra Elbakyan, pois sem seu esforço eu não teria acesso aos artigos e livros necessários para minha pesquisa.

“Is reality all my senses perceive?”

Is what I touch and I see all that lies in front of me?”

(Northlane - Render)

RESUMO

O presente trabalho apresenta o fundarentismo e explora de que maneira ele, apesar de também ser uma teoria da justificação epistêmica de caráter experiencialista, se diferencia do fundacionismo na resposta que oferece ao dilema de Sellars. Considerando que o fundarentismo surge como uma proposta de superação do fundacionismo e do coerentismo pela combinação dos elementos fundamentais de ambas as teorias, dedicamos a primeira seção do trabalho a discutir o núcleo principal do fundacionismo e do coerentismo e quais problemas gerais cada uma dessas teorias enfrenta. Em seguida, expomos detalhadamente o fundarentismo de Haack, caracterizando de que maneira a teoria incorpora elementos experiencialistas e holistas, respondendo qual é o papel da evidência e de que modo o suporte mútuo entre crenças contribui para a justificação. Finalizando o primeiro capítulo, apresentamos um estado da arte do debate a respeito da diferença entre fundarentismo e fundacionismo. No segundo capítulo, nos debruçamos sobre o problema que impede o sucesso das teorias fundacionistas experiencialistas tradicionais: o dilema de Sellars. Para isso, caracterizamos o que é o “dado” conforme seu uso filosófico, qual é o dilema de Sellars que o fundacionista precisa responder, e por que Sellars considera que a resposta fundacionista a esse dilema invoca uma forma do mito do dado, tornando impossível que a experiência tenha papel epistêmico para o fundacionismo. A partir desse trabalho preliminar, será possível então examinar o fundarentismo para entender a solução que essa teoria oferece aos desafios de Sellars. Na última seção do trabalho, examinamos uma possível objeção à solução fundarentista. Mais precisamente, mostramos que, apesar dessa crítica, temos razões para pensar que o fundarentismo ainda obtém sucesso em integrar a experiência à justificação epistêmica.

Palavras-chave: Fundarentismo. Dilema de Sellars. Mito do dado. Justificação. Epistemologia.

ABSTRACT

The present work presents foundherentism and explores how it, although it is also an experientialist theory of epistemic justification, differs from foundationalism in answering Sellars' dilemma. Considering that foundherentism emerges as a proposal to overcome foundationalism and coherentism through combining the fundamental elements of both theories, we dedicate this work's first section to discussing their main core and what general problems each theory faces. Up next, we survey Haack's foundherentism minutely, characterizing in which manner the theory embodies experientialist and holistic elements and answering what evidence's role is and in which way mutual support between beliefs contributes to justification. Finishing the first chapter, we present the debate's start of the art concerning the difference between foundherentism and foundationalism. In the second chapter, we address the problem that prevents the success of traditional experientialist foundationalist theories: Sellars' dilemma. In doing that, we characterize what is the "given" according to its philosophical usage, which is Sellars' dilemma that the foundationalist ought to answer, and why Sellars considers that the foundationalist answer to the dilemma invokes a form of the myth of the given, making it impossible for experience to have an epistemic role in foundationalism. From such preliminary work, it will be possible to examine foundherentism in order to understand the solution that this theory offers to Sellars' challenges. In the final section, we examine a possible objection to the foundherentist solution. More precisely, we show that, despite this critique, we have reasons to think that foundherentism is still successful in integrating experience to epistemic justification.

Palavras-chave: Foundherentism. Sellars' dilemma. Myth of the given. Justification. Epistemology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 APRESENTANDO O FUNDARENTISMO	13
2.1 FUNDACIONISMO E COERENTISMO	13
2.1.1 Fundacionismo e suas principais objeções	15
2.1.2 Coerentismo e suas principais objeções	17
2.2 O FUNDARENTISMO DE HAACK	20
2.2.1 O duplo aspecto	21
2.2.2 Justificação em gradação	24
2.3 O FUNDARENTISMO É UM FUNDACIONISMO?	28
2.3.1 O artigo de Tramel	29
2.3.2 O artigo de Ruppert et al	32
2.3.3 A resposta de Haack	33
3 O DILEMA DE SELLARS E A RESPOSTA FUNDARENTISTA	35
3.1 O “DADO” NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA	35
3.2 O DILEMA DE SELLARS	37
3.3 O MITO DO DADO	39
3.4 A RESPOSTA DE HAACK AO DILEMA DE SELLARS	43
3.5 UMA OBJEÇÃO À SOLUÇÃO FUNDARENTISTA	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Segundo Aristóteles, “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações” (ANGIONI e ARISTÓTELES, 2008). No entanto, o que é saber/conhecer? Os filósofos contemporâneos preocupados com a questão do conhecimento costumam tomar “conhecimento” como “crença verdadeira justificada” (a famosa “análise tripartite”). Dentre esses três componentes da análise tripartite, o que nos interessa nesta monografia é o terceiro. O que significa estar justificado a crer em algo? Qual é a natureza da justificação? O que lhe dá garantia?

Para os epistemólogos fundacionistas do século XX, o que garante a justificação de uma crença são as experiências de um sujeito, sejam elas tomadas como descrevendo a realidade em si ou como um subproduto relacional usualmente denominado dados dos sentidos. O problema, no entanto, para as teorias fundacionistas, é que se, por um lado, a experiência parece ser a causa das crenças empíricas, por outro lado, ela mesma não possui um conteúdo proposicional capaz de justificar crenças (entidades de natureza proposicional).

Frente a esse e outros problemas, o coerentismo sustenta que crenças são justificadas quando se encontram em uma relação de coerência mútua dentro de um sistema. Porém, o coerentismo tampouco obteve sucesso em equacionar a experiência empírica do sujeito. O coerentismo, como teoria da justificação, parece incorrer em um isolamento empírico (o que Haack chama de problema do “conto de fadas consistente”(HAACK, 1993, p.26, tradução nossa)).

Nos anos 1990, Haack publicou sua obra *Evidence and Inquiry*. Nesse livro, ela propõe uma nova teoria da justificação epistêmica, por ela denominada de *fundarentismo*. Haack pretende que sua teoria da justificação dê conta dos problemas enfrentados tanto pelo fundacionismo quanto pelo coerentismo. Em seu aspecto mais fundamental, o fundarentismo busca enfrentar essas dificuldades apresentando uma concepção de justificação de *duplo-aspecto*. Mais especificamente, Haack sustenta que a justificação possui tanto um caráter *causal* quanto um aspecto *avaliativo*. De todo modo, sua teoria ainda é experiencialista no mesmo sentido que o fundacionismo: essa perspectiva preserva o entendimento de que a justificação de crenças depende profundamente de uma ancoragem experiencial.

A proposta de Haack é bastante diferente de propostas fundacionistas tradicionais: ao contrário do que pensam alguns de seus críticos, como veremos mais adiante, o fundarentismo não é simplesmente mais uma variante do fundacionismo. Nesse sentido, é interessante

perguntar que tipo de resposta o fundarentismo tem a oferecer para um dos problemas fundamentais enfrentados pelo fundacionismo, a saber, o *dilema de Sellars e o mito do dado*. Se o fundarentismo não é apenas mais um avatar do fundacionismo, então é de se esperar que ele ofereça recursos novos para superar os problemas incontornáveis da posição tradicional.

O dilema de Sellars (que estudaremos cuidadosamente no desenvolvimento deste trabalho) é um desafio fundamental apresentado por Sellars (1956) ao fundacionista. De acordo com esse desafio, o fundacionista enfrenta dificuldades em explicar como é possível que o mero vínculo causal existente entre a experiência de dados sensoriais e a produção de crenças por parte de um sujeito ofereça algum tipo de justificação da crença produzida. O dilema de Sellars apresenta um enorme problema às teorias fundacionistas tradicionais, pois faz com que o fundacionista tenha que explicar de que maneira a experiência consegue tanto causar quanto justificar crenças empíricas. A resposta dada pelo fundacionista é considerada, por Sellars, uma variação do mito do dado. Bastante resumidamente, esse mito envolve a tese dogmática de que entreter dados sensoriais já é, de imediato, ter certas crenças básicas justificadas.

As reflexões de Sellars acerca do mito do dado e sobre as dificuldades gerais de teorias experiencialistas da justificação epistêmica foram de enorme relevância para a filosofia analítica. Em particular, as suas sugestões filosóficas fizeram com que Rorty (2009) decretasse o fim da epistemologia. Por outro lado, diferentes autores têm buscado oferecer visões da justificação que superem os desafios de Sellars. Ou seja, se trata de um tema fundamental e não ignorável da epistemologia contemporânea.

Diante desse cenário, a proposta de Haack oferece um novo fôlego para o experiencialismo. O que é mais chamativo é que Haack é influenciada por Quine e Sellars, os mesmos filósofos cujos trabalhos críticos fazem com que Rorty clame o fim da epistemologia. Haack, por outro lado, colhe frutos diferentes dessa influência filosófica. De Quine ela herda uma concepção holista do conhecimento e enxerga a continuidade entre ciência e filosofia (uma das conclusões de Quine (1976)). Com relação a Sellars, ela igualmente entende que o fato da experiência ser causa de crenças não é suficiente para que essas crenças se encontrem justificadas. Além disso, à semelhança da filosofia sellarsiana, Haack também sugere uma estrutura da justificação epistêmica que funciona como um espaço de razões.

Por se tratar de uma teoria que visa abarcar a experiência como relevante para a justificação epistêmica, devemos perguntar: como o fundarentismo evita invocar uma variação do mito dado? Essa é a questão central desta monografia. Para responder bem a essa pergunta, este trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro deles, buscamos dar

conta dos principais pontos da discussão sobre o fundarentismo. Nesse sentido, nós primeiro apresentamos o debate entre fundacionismo e coerentismo, para apenas em seguida sugerir que o fundarentismo possui a solução para a justificação epistêmica. Depois disso, consideramos as críticas que interpretam o fundarentismo apenas como mais uma forma de fundacionismo, o que é um ponto de relevância se desejamos relacionar o fundarentismo com a questão do mito do dado.

Enquanto o primeiro capítulo serve de exposição geral do fundarentismo, é no segundo capítulo que apresentamos o conceito de “dado” em sua acepção usual na tradição filosófica, assim como quais são as objeções de Sellars ao uso do dado como ferramenta epistemológica relevante. Para o autor, o uso epistemológico do conceito de dado não passa de um mito. Após essa exposição, podemos comparar de que maneira o fundarentismo se diferencia do fundacionismo em como cada teoria integra a experiência empírica na cadeia de justificação epistêmica. Finalmente, num exercício de engajamento com os diferentes trabalhos que têm sido apresentados no debate recente sobre o tema da relação entre o fundarentismo e os desafios sellarsianos, consideramos brevemente uma possível objeção oferecida na literatura.

2 APRESENTANDO O FUNDARENTISMO

O primeiro capítulo deste trabalho propõe apresentar o fundarentismo de Haack através de três seções, dando conta de diferentes questões que envolvem a teoria, sendo elas necessárias ou contingentes à própria teoria enquanto teoria da justificação epistêmica.

A primeira seção trata da dicotomia entre coerentismo e fundacionismo, a principal dicotomia que a teoria de Haack visa superar. Dado que Haack constrói sua teoria sempre tendo em vista superar os esforços que tanto filósofos coerentistas quanto filósofos fundacionistas fizeram até então, é importante mostrar, neste trabalho, qual é o núcleo principal de cada corrente teórica e seus problemas.

Na segunda seção, o fundarentismo será apresentado tal como encontrado no livro *Evidence and Inquiry*. Algumas discussões feitas por Haack, assim como potenciais críticas, precisam ser deixadas de lado para manter este trabalho sucinto, e por isso a seção foca apenas em pontos teóricos que dão estrutura ao fundarentismo. Para um trabalho que analisa os pormenores da discussão fundarentista, ver Dinis (2013).

A seção seguinte investiga a discussão de Haack com outros filósofos que sugerem que o fundarentismo não é uma tese tão inovadora quanto Haack acredita ser. Esses filósofos argumentam que o fundarentismo é ainda uma forma de fundacionismo. Esse ponto é importante pois faz parte da trajetória da teoria dentro da comunidade de epistemólogos e nos instiga a olhar para o fundarentismo com olhos mais atentos para escrutinar detalhes que a filósofa pode ter inicialmente deixado de lado.

Com as três seções, o capítulo pretende oferecer uma apresentação suficientemente abrangente do fundarentismo enquanto teoria da justificação epistêmica, proporcionando uma bagagem conceitual sólida o bastante para, mais adiante no trabalho, averiguar se o modo como o fundarentismo incorpora o *input* experiencial é capaz de dar conta de alguns dos problemas nos quais o fundacionismo esbarra, em especial o dilema de Sellars e o mito do dado.

2.1 FUNDACIONISMO E COERENTISMO

Dentro da epistemologia, as principais posições sobre teoria da justificação são o *coerentismo* e o *fundacionismo*. Embora outras teorias tenham figurado de maneira

expressiva, o coerentismo e o fundacionismo gozaram de muito mais atenção¹ de filósofos dedicados a trabalhar nessas teorias para contornar suas dificuldades ou apontar seus problemas.

De acordo com Ernest Sosa:

Existe uma controvérsia na filosofia contemporânea sobre a questão de se o conhecimento deve ter uma fundação. De um lado estão os fundacionistas, que aceitam a metáfora e encontram a fundação na experiência sensória ou algo do tipo. Os coerentistas, do outro lado, rejeitam a metáfora da fundação e consideram nosso corpo de conhecimento um todo coerente flutuando livre de quaisquer fundações. Esta controvérsia cresceu rapidamente com a ascensão do idealismo muitos anos atrás, e é proeminente hoje não apenas na própria epistemologia, mas também na filosofia da ciência e até na ética. (SOSA, 1980, p.547, tradução nossa)

É difícil, nos dias de hoje, falar em coerentismo e fundacionismo de maneira unitária, como se cada palavra fosse sempre unívoca e não pudesse indicar teorias diversas desenvolvidas por filósofos que nem sempre concordam. Sobre o coerentismo, Bonjour comenta que “está longe de ser claro que haja muito terreno comum que possa ser identificado como o núcleo da posição coerentista” (BONJOUR, 1999, p. 123, tradução nossa)

Quando se entra profundamente na discussão, nota-se que muito tempo foi investido para desenvolver cada lado da disputa, e ao dedicar-se a ela, proponentes de um mesmo lado desenvolveram posições com características distintas.

A palavra “disputa” no parágrafo acima é intencional, pois ambas as posições se encontram em debate quando se realiza uma análise da tradição analítica do último século. O coerentismo, em certa medida, buscou responder às dificuldades apresentadas pelo fundacionismo. É claro que o coerentismo esbarrou em dificuldades próprias, levando muitos filósofos ainda a insistirem no fundacionismo.

Cada uma das posições epistemológicas possui méritos por avançar a discussão e contribuir com intuições para o campo da epistemologia. Segundo Haack, porém, nenhuma das posições consegue elaborar a estrutura da justificação sem ceder parcialmente ao outro lado. A disputa foi avançando a um ponto em que é como se faltasse uma filósofa para enfim descartar o *framework* original de cada posição, encontrar o que é possível salvar de cada posição, e criar uma síntese utilizando um *framework* novo. Não que esta seja a única possibilidade, pois há outras, tanto por dentro quanto por fora: “por dentro”, ainda trabalhando em teorias da justificação, talvez algum filósofo coerentista ou fundacionista

¹ A razão disso é o trilema de Agripa (ou trilema de Münchhausen) (cf. Dancy, 1985), famosamente elucidado pelo filósofo grego Sexto Empírico. Sexto Empírico era um cético, e portanto o trilema coloca três dificuldades para a justificação do conhecimento: 1) a justificação não pode cair em regresso infinito; 2) a justificação não pode ser circular e viciosa; 3) não se pode parar a cadeira justificatória de maneira arbitrária.

conseguisse enfim conciliar diferentes aspectos da justificação epistêmica, evitando as principais dificuldades. “Por fora”, o programa de uma teoria geral da justificação poderia ser simplesmente abandonado. Não faltam tentativas nesse sentido, em especial após o célebre trabalho de Gettier². Uma dessas propostas, apenas para fins de curiosidade, é a do conhecimento primeiro³.

O fundarismo proposto por Haack, foco deste trabalho, é, portanto, uma possível solução entre outras disponíveis na literatura para resolver os problemas enfrentados por teorias epistêmicas da justificação. Antes de chegar lá, no entanto, precisamos ter em mente uma clara caracterização geral do que são fundarismo e coerentismo. Há diferentes versões do coerentismo e do fundarismo, porém ainda é possível analisar um núcleo central de cada lado da discussão, como já feito por Bonjour, Haack, Rescher, entre outros filósofos e escritores de enciclopédias e livros introdutórios. Nas duas subseções que se seguem, vamos elencar os elementos centrais de cada posição e as principais objeções a elas.

2.1.1 Fundarismo e suas principais objeções

Como o nome sugere, o fundarismo defende que o conhecimento, ou uma crença justificada, possui um fundamento ou fundação (*foundation*). Um dos motivos para se argumentar que o conhecimento possui um tipo de fundamento é responder ao problema cético do regresso infinito.

O problema do regresso infinito aparece quando se percebe que a maioria das nossas crenças diz respeito, também, a outras crenças. Dessa maneira, quando um agente epistêmico é perguntado “por que você acredita em p?” e responde “porque q”, ele ainda pode ser perguntado “mas por que você acredita em q?”. Se toda vez o agente epistêmico em questão der uma resposta similar para justificar suas crenças, parece que isso cria um regresso infinito. O problema é que, se ocorre um regresso infinito, o sujeito epistêmico nunca estará justificado em sua crença inicial — assim como em nenhuma das crenças subsequentes que ele invocou. É necessário que o regresso seja parado de alguma maneira para que um agente epistêmico esteja justificado.

Para evitar o regresso infinito, o fundarista sugere que é possível encerrar a cadeia de crenças em uma crença fundacional que esteja justificada sem o auxílio de outras crenças.

² Ver Gettier (1963).

³ Ver Carter (2017), uma coleção de artigos sobre a abordagem em epistemologia conhecida como “conhecimento primeiro”.

Embora o debate “fundacionismo vs coerentismo” tenha florescido na filosofia analítica, é possível olhar para a história da filosofia anterior ao século XX e encontrar o apelo a algum tipo de fundamento último para o conhecimento. Aristóteles (2014, A.3), por exemplo, argumentava que não é possível demonstrar todo conhecimento, e isso pode ser interpretado como um conhecimento indubitável capaz de fornecer justificação para outras crenças (ou seja, um conhecimento que fundamenta, e portanto, fundacional).

Mais famosamente, encontra-se um tipo de fundacionismo em Descartes⁴ a partir do *cogito* cartesiano. Descartes acreditava ser necessário fundamentar nosso conhecimento em uma base indubitável. Em sua opinião, só assim conseguiríamos garantir o valor epistêmico de nossas pretensões de conhecimento.

Independente das especificidades das visões sobre o conhecimento sustentadas por esses filósofos, tanto Descartes quanto Aristóteles argumentavam em favor do que se chama hoje em epistemologia de “crenças básicas”. O fundacionismo contemporâneo divide os tipos de crenças em básicas e não-básicas/derivadas (às vezes também usa-se o termo “superestrutura” para referir-se a todas as crenças não-básicas de um sistema). Uma crença básica é justificada independentemente do suporte de qualquer outra crença. Já uma crença derivada encontra sua justificação apenas por suporte, direto ou indireto, de uma ou mais crenças básicas.

Alguns filósofos defendem que as crenças básicas são experienciais (i.e., dependem de experiências cuja natureza é sensorial ou introspectiva). Porém, os fundacionistas experientialistas se dividem ainda entre internalistas e externalistas.⁵ Os internalistas supõem que o agente epistêmico sempre pode ter acesso ao que justifica sua crença. Os externalistas não acreditam que o agente epistêmico possa ter acesso ao fator justificatório em todos os casos.

Aristóteles e Descartes, já mencionados, não encaixam-se na epistemologia experientialista, seja por perigo de anacronismo, seja porque ambos os filósofos privilegiavam crenças não-empíricas. O que conta como crença básica não-empírica é normalmente alguma verdade lógica ou matemática, como o princípio da não contradição ou o princípio do terceiro excluído. No entanto, isso não é regra, pois podemos notar que, em Descartes, não há uma verdade lógica ou matemática como fundamento último.

Contemporaneamente, no entanto, o fundacionismo é em sua maior parte dominado por empiristas. Afinal de contas, a epistemologia preocupa-se com a elucidação do que

⁴ Ver Descartes e De Fraga (2004).

⁵ Ver Feldman e Conee (2001), e Bonjour (1980).

significa uma crença ser verdadeira e justificada, e a maioria das nossas crenças concerne o mundo empírico.

Agora vamos olhar, brevemente, duas das principais objeções ao fundacionismo⁶.

O primeiro problema identificado no fundacionismo refere-se “à suposta relação justificatória entre as crenças básicas fundacionais justificadas incondicionalmente e as crenças não-básicas ou da 'superestrutura'” (BONJOUR, 1999, p.120, tradução nossa) . Os filósofos que identificam uma dificuldade aqui, perguntam como é possível que as crenças básicas possam de fato transmitir justificção para outras crenças. Reconhecendo o problema, na mesma página o filósofo comenta que um fundacionismo que falhe em lidar com essa questão cairá em um tipo de ceticismo implausível.

A forma e seriedade, de acordo com BonJour, desse tipo de problema, varia para cada tipo de fundacionismo conforme o que está incluso no conjunto de crenças básicas especificado. Fundacionismos como o de Quinton (1973), que incluem crenças sobre objetos físicos como crenças básicas, enfrentam menos dificuldade com esse problema do que um fundacionismo como o de Lewis (1946), que restringe “as fundações a crenças sobre estados subjetivos da experiência.” (BONJOUR, 1999, p.121, tradução nossa)

Já a segunda objeção apontada por críticos do fundacionismo, e reconhecida por BonJour como um problema bastante sério carregado por essas teorias, faz a seguinte pergunta: como as crenças básicas são elas mesmas justificadas e epistemicamente aceitáveis? Parece que, se elas devem servir de justificção para o resto do conhecimento, alguma justificção deve ser dada para que elas sejam consideradas verdadeiras ou aproximadamente verdadeiras.

Diferentes filósofos fundacionistas se esforçaram para responder a essas duas objeções de diferentes maneiras. O que aconteceu ao tentar responder às críticas, porém, foi uma dissolução do caráter puramente fundacional das teorias fundacionistas, como sugerido por Haack (1993).

2.1.2 Coerentismo e suas principais objeções

É importante ter em mente antes de qualquer coisa que, embora o coerentismo tenha surgido no século XX como uma tese oposta ao fundacionismo no momento em que esse

⁶ A escolha aqui foi feita com base em BonJour (1999), onde o próprio filósofo, que à época defendia o fundacionismo internalista, aponta que as objeções feitas ao fundacionismo (internalista) costumam se agrupar em duas áreas maiores.

falhava em responder certos problemas (como os mencionados na seção anterior), a coerência não é tão recente assim dentro da epistemologia. Não apareceu antes com o mesmo nome, nem com as mesmas características, no entanto Nicholas Rescher incluiu o coerentismo em uma linhagem a qual ele chama de *network model* (“modelo de rede”, em tradução livre), e que segundo ele

foi iniciada na antiguidade pelos Céticos Acadêmicos (especialmente Arcelísau e Carnéades), e mais tarde esposada por Leibniz (especialmente no pequeno ensaio “Sobre o modo de distinguir os fenômenos reais dos imaginários”) - em ambas instâncias no contexto específico de conhecimento perceptual especificamente. Subsequentemente foi generalizado e transmutado por Kant e então desenvolvido substancialmente pelos neo-hegelianos ingleses (especialmente F. H. Bradley, B. Bosanquet, e H. H. Joachim). (RESCHER, 1974, p. 699, tradução nossa)

A diferença, no entanto, é que até o século XX, a coerência não era o ponto principal de nenhuma tese em epistemologia.

Se, por um lado, os fundacionistas postulam que para que uma crença esteja justificada ela deve ter um fundamento, os coerentistas propõem que as crenças se justificam em conjunto. A tese central do coerentismo, de acordo com Haack, é de que “uma crença está justificada se, e somente se, ela pertence a um conjunto coerente de crenças” (HAACK, 1993, p. 17, tradução nossa).

A citação de Haack levanta perguntas como: o que é coerência e qual é o critério de coerência? De que tamanho deve ser o conjunto de crenças? Por que a coerência seria um bom critério de justificação?

A coerência é a noção que dá nome ao coerentismo e é talvez a noção mais problemática das teorias coerentistas. O problema surge ao tentar definir a coerência, pois diferentes filósofos atribuem distintas características que acreditam ser necessárias para que um sistema de crenças seja considerado coerente. De maneira muito simples, a coerência envolve a concordância de conteúdo. A concordância de conteúdo se dá a nível lógico, permitindo que as crenças deem suporte umas às outras. De acordo com Bonjour (1985), consistência lógica é um dos requisitos para a coerência de um conjunto de crenças.

Diferente do fundacionismo, o coerentismo não divide crenças em básicas e derivadas, não existindo um início para a cadeia de crenças. Evidentemente, trata-se de uma cadeia não-linear, mas circular, já que uma crença está sempre dando suporte e recebendo-o das crenças do sistema. Nesse ponto, algum filósofo pode atacar o coerentismo por circularidade viciosa, mas isso seria possível apenas se fosse tomada como justificada cada crença separadamente, como no caso do fundacionismo. O que o coerentista argumenta, de fato, é que justificação só existe num conjunto de crenças. Embora as crenças individuais de um

sistema coerente se encontrem justificadas, isso é apenas de maneira derivada ou secundária. Essa é a argumentação que Bonjour (1985, p.24) apresenta para lidar com o problema do regresso infinito de uma maneira coerentista. Nos anos seguintes, porém, o filósofo deixou o coerentismo de lado e passou a defender o fundacionismo internalista.

Enquanto o fundacionista apela à metáfora do “edifício do conhecimento”, cai bem ao coerentismo tanto a expressão usada por Rescher (1974), “*network model*”, quanto a cunhada por Quine e Ullian (1978), “*web of belief*” (“rede de crenças”, em tradução livre). Essa “rede” de crenças abrange todas as crenças de um sujeito epistêmico, e isso levanta algumas objeções, como veremos em seguida.

Partindo da caracterização do coerentismo fornecida acima, uma pergunta surge imediatamente: onde reside o papel da experiência para esse tipo de teoria da justificação? Essa é, de fato, uma das principais objeções ao coerentismo, que leva a outros problemas.

BonJour buscou acomodar o papel da experiência em seu coerentismo através do requisito da observação (*observation requirement*): “A ideia subjacente é que qualquer afirmação no sistema que não esteja justificada *a priori* deveria em princípio ter a capacidade de ser checada observavelmente seja direta ou indiretamente, e portanto confirmada ou refutada.” (BONJOUR, 1985, p.141, tradução nossa)

No entanto, de acordo com Haack (1993, p. 52-53), há duas interpretações possíveis para sua tentativa, e nenhuma delas resulta em muito sucesso. A primeira interpretação leva o requisito da observação a ser compatível com o coerentismo, mas não consegue realmente garantir o *input* experiencial. A segunda garante o sucesso do *input* experiencial às custas do caráter coerentista da teoria, levando a um proto-fundarentismo⁷.

Na ausência de qualquer *input* experiencial, surge o problema dos sistemas coerentes alternativos. Dois ou mais sujeitos podem, cada um, possuir sistemas de crenças coerentes que diferem levemente ou radicalmente uns dos outros. Como não há maneira de apelar à *empiria* para resolver questões epistêmicas, todos os sujeitos estão justificados desde que seus sistemas sejam coerentes internamente, e mesmo que difiram radicalmente em suas crenças sobre o mundo empírico.

Outra objeção comum ao coerentismo é a de que a condição de consistência é um requisito demasiado exigente. Pois, como a justificação do sistema coerente é do sistema todo e não de cada crença individual (ou seja, a justificação se dá holisticamente), se um sistema

⁷ Porém, Bonjour (1997) critica a caracterização do *input* experiencial do fundarentismo. Ao longo do artigo, o filósofo defende um fundacionismo internalista, mas ciente dos principais problemas dele, incluindo o que Sellars chama de “mito do dado”. Bonjour acredita resolver o mito do dado, permitindo que o fundacionismo funcione como teoria da justificação epistêmica.

possui uma crença inconsistente com o resto das crenças, todo o sistema é considerado incoerente, e, portanto o sujeito epistêmico não atinge justificção epistêmica em nenhuma de suas crenças.

Haack explora uma linha de argumentação um pouco distinta da objeção acima e afirma que a consistência é um requisito epistêmico fraco demais. Seu argumento é chamado de “objeção do conto de fadas consistente” (HAACK, 1993, p.26, tradução nossa). Como é possível imaginar, o argumento consiste em mostrar que mesmo um sistema completamente coerente e consistente ainda não é indicativo da verdade. Afinal de contas, se não há conexão empírica com o mundo e o principal requisito para que um sistema de crenças constitua conhecimento, até mesmo um conto de fadas constituirá conhecimento, desde que seja construído consistentemente.

Fica claro que o coerentismo apresenta dificuldades em relatar qual é o papel da experiência empírica na justificção epistêmica. E, quando tenta, o faz de maneira a sacrificar o caráter coerentista.

2.2 O FUNDAMENTISMO DE HAACK

O fundamentismo surge como uma teoria da justificção epistêmica em face dos problemas enfrentados pelo fundacionismo e pelo coerentismo. Segundo Haack (1993), as duas correntes, mesmo em suas versões modificadas para atender a novos requisitos, não conseguem dar conta de resolver certos problemas: o fundacionismo tem dificuldade em justificar empiricamente as crenças básicas de maneira satisfatória; o coerentismo tem também dificuldade com a empiria, porém de maneira diferente, causando isolamento empírico, e além disso incorre no perigo de justificar crenças de maneira circular.

A partir desse cenário, a filósofa propôs o fundamentismo, nos anos 1990, a fim de oferecer um meio caminho entre as duas “escolas” de pensamento. Essa nova teoria da justificção epistêmica, portanto, pretende dar conta de aspectos que tanto o fundacionismo quanto o coerentismo se propunham a explicar.

Com o fundamentismo, Haack deseja apresentar uma teoria da justificção epistêmica que abarque 1) a relevância da experiência e 2) o suporte mútuo entre crenças. Para 1), a filósofa precisa de uma articulação da interação entre aspectos causais e avaliativos (ela utiliza “avaliativo” ao invés de “lógico”). Para 2), é necessário distinguir entre suporte mútuo legítimo e circularidade. Dessa maneira, o fundamentismo é uma teoria da justificção que

encara a justificação de maneira holística, combinando elementos das duas principais teorias que tentaram lidar com o trilema de Agripa.

O *explicandum* inicial do fundarentismo é: “O sujeito epistêmico está mais/menos justificado, em momento *t*, em acreditar que *p*, dependendo de...”. O *explicandum* carrega algumas pressuposições: 1) a locução é pessoal, não impessoal, o que significa que a teoria visa a justificação de crenças que pessoas têm no dia-a-dia; 2) justificação acontece em graus; 3) se e com qual grau uma pessoa está justificada a acreditar em algo pode variar com o tempo.

A abordagem haackiana, além disso, vai por um caminho evidencialista. O evidencialismo foi cunhado por W. K. Clifford (2014). Embora Haack não mencione Clifford, sua abordagem se assemelha à dele. Para Clifford, só se deve acreditar que *p* em face de evidência para *p*, e é esse o tipo de epistemologia que Haack busca sustentar, assim como é essa a explicação geral que a filósofa oferece sobre o evidencialismo no capítulo 7 de seu livro (1993). Em certas passagens, ela alude ao caráter evidencialista de sua teoria como uma superação da dicotomia entre internalismo e externalismo, e também como uma melhor resposta para o problema da justificação do que o caráter extrínseco do confiabilismo.

2.2.1 O duplo aspecto

O que torna o fundarentismo uma tese nova, pelo menos de acordo com Haack, é a maneira como tenta articular os aspectos causais e os avaliativos (no lugar de “lógicos”) do conceito de justificação. Para isso, Haack distingue entre os sentidos de *estado de crença* e *conteúdo de crença*. O estado de crença (S-crença) refere-se ao estado mental em que o sujeito epistêmico se encontra quando acredita em algo, enquanto o conteúdo de crença (C-crença) diz respeito ao conteúdo proposicional daquela crença. Quando acredito que estou vendo um gato branco no meu quintal, por exemplo, eu me encontro no estado de acreditar que estou vendo um gato branco no meu quintal, e o conteúdo desta crença é “eu estou vendo um gato branco no meu quintal”. Essa distinção se mostrará, posteriormente, contribuinte para explicar como a experiência empírica participa na justificação de uma crença.

O duplo aspecto, além disso, não se encontra apenas nas nossas crenças, mas também na nossa interação com o mundo através da experiência sensorial, introspectiva etc., que conta para a evidência. Ao ver um gato branco no meu quintal, eu tenho o estado evidencial

(S-evidência) de estar vendo um gato que é branco no meu quintal, e o conteúdo evidencial (C-evidência) que descreve o estado.

Ao sustentar que há duplo aspecto tanto nas nossas crenças quanto nas nossas evidências, Haack está interessada no estado em que o sujeito epistêmico se encontra toda vez que interage com o mundo e/ou passa a acreditar/está acreditando em alguma coisa.

A justificação de uma crença depende, entre outras coisas, não apenas *no que* se acredita, mas *por que* se acredita naquele conteúdo. Duas pessoas podem acreditar na mesma coisa, mas por motivos diferentes. Haack dá um exemplo para ilustrar rapidamente essa consideração: imagine que duas pessoas acreditam na inocência de uma pessoa que está sendo acusada de um crime. A primeira pessoa acredita nisso porque viu o acusado a cem milhas de distância do local do crime no momento em que o crime aconteceu. A segunda pessoa, no entanto, apenas pensa que o acusado possui um rosto honesto. É fácil deduzir que a primeira pessoa se encontra mais justificada, pois sua evidência é mais relevante. Portanto, se um sujeito epistêmico acredita que *p*, o quão justificado o sujeito epistêmico está depende de alguma maneira no que causa sua S-crença.

Além da evidência, a razão para se acreditar em *p* engloba também coerência com outras crenças que o sujeito epistêmico já possui. É claro, cada uma dessas crenças precisa estar em algum grau justificada. O desejável aqui, além disso, é evitar cair em um holismo gigantesco, mas identificar que apenas crenças com uma relevância imediata, que conferem justificação direta à crença em questão, precisam ser avaliadas.

É necessário distinguir as causas iniciais que fazem com que o sujeito epistêmico tenha a S-crença de *p* e as causas operativas no momento em questão, isto é, no momento em que se questiona o grau de justificação. Segundo a filósofa, a justificação de uma crença pode variar com o tempo, e, embora em certos casos a causa da crença não se altere, em outras situações pode se alterar. De qualquer maneira, é avaliada a causa da crença no momento em que se está acreditando, bem como o que a justifica.

O que faz com que alguém acredite em algo é, além disso, uma questão de equilíbrio de forças: “alguns fatores, isto é, inclinam em direção à crença de que *p*, outros inclinam contra, com o primeiro prevalecendo sobre o último” (HAACK, 1993, p.75, tradução nossa). Conforme Haack, ambos os tipos de fatores são relevantes para avaliar o grau de justificação.

Finalmente, é necessário distinguir os fatores inibidores e sustentadores que são estados do sujeito epistêmico dos que não são. Apenas aquilo que causa o estado de crença em questão pode figurar na caracterização de suas evidências para a crença em questão.

Após esses esclarecimentos, podemos caracterizar que *o nexus causal, em t, da S-crença de que p* refere-se àqueles estados que estão operantes em t, sustentando ou inibindo, no vetor de forças que resultam a acreditar que p. Este nexus causal, portanto, engloba uma rede de S-crenças interconectadas entre si, assim como a experiência perceptual do sujeito, seus desejos e medos etc.. O nexus causal de uma S-crença deve incluir todos estados que se relacionam com essa S-crença, assim como os estados seguintes que se encontram na cadeia justificatória. Portanto, os critérios de justificação no fundarentismo não são atomistas, porém também não são holísticos de maneira a gerar um regresso infinito ou um círculo vicioso. Haack deseja dar foco apenas aos principais elementos que se relacionam (sustentando ou jogando contra) de maneira causal com a S-crença sendo avaliada, seja ela qual for.

O nexus causal inclui diversos estados, alguns deles contando como evidência e outros não. O que conta como componente evidencial para o nexus causal de uma S-crença inclui: estados de crença, estados perceptivos, estados introspectivos, traços de memória. Exemplos de estados que não contam como componente evidencial incluem: desejos e medos, a influência de álcool ou pânico, e assim por diante. Esses últimos estados, mesmo que não sejam contados como evidência, são importantes para o nexus causal, pois são “intuitivamente considerados como fatores que afetam a reação ou julgamento de uma pessoa com sua evidência” (HAACK, 1993, p.75, tradução nossa). Haack comenta que embora o reconhecimento desses estados salienta a necessidade de uma explicação de como pode um sujeito acreditar em algo a despeito de evidências tão fracas, essa elaboração não será necessária para avaliar o grau de justificação.

Agora, examinaremos as outras distinções relevantes que Haack faz no esquema de estados e conteúdos.

As S-razões de um sujeito são as S-crenças que sustentam a S-crença de que p. Enquanto a *S-crença de que p* é a crença sendo avaliada, as S-razões são as outras crenças na rede que possuem relação de suporte com a S-crença em questão.

A *S-evidência para acreditar que p* refere-se aos estados experienciais que sustentam a S-crença de que p. Esses estados experienciais podem se referir à experiência sensória, introspecção, traços perceptuais (à memória) etc. A S-evidência, ainda, pode ser direta ou indireta.

A *S-evidência direta de A com respeito a p* refere-se aos estados evidenciais que diretamente sustentam ou inibem sua S-crença de que p. A *S-evidência indireta de A com respeito a p* refere-se àqueles estados que diretamente sustentam ou inibem sua S-evidência direta com respeito a p.

Para cada uma dessas definições em termos de estados, existe uma contraparte em termos de conteúdo. Enquanto o sujeito epistêmico é capaz de se encontrar nos estados e esses estados articulam-se apenas de maneira causal, os conteúdos descritivos ou conceituais que acompanham cada estado podem ser articulados avaliativamente, como ficará mais claro adiante.

Haack defende que a S-evidência experiencial do sujeito epistêmico é a S-evidência definitiva. Sua contraparte proposicional, a C-evidência, consiste de sentenças ou proposições que são verdadeiras. A filósofa não invoca aqui qualquer forma de infalibilismo, apenas argumenta que “as proposições em questão indicam que A está em tal-e-tal estado perceptual (etc.), e elas são todas verdadeiras porque, *ex hypothesi*, A está naquele estado perceptual (etc.)” (HAACK, 1993, p. 81, tradução nossa). Se o conteúdo proposicional da evidência é necessariamente verdadeiro, ganha-se a garantia de uma espécie de “ancoragem experiencial” para as crenças empíricas justificadas.

Mesmo que a C-evidência seja o conteúdo evidencial definitivo do sujeito epistêmico, isso ainda não garante que o sujeito está justificado. Significa apenas que é a evidência que ele possui e pode explicar de maneira proposicional. O próximo passo é avaliar quão boa essa evidência é.

É possível ver, aqui, como Haack deseja fechar a lacuna, para a qual a epistemologia costuma chamar a atenção, entre estados experienciais e a crença advinda desses estados. A filósofa pretende mostrar que, ao passo que o estado experiencial causa uma crença, ele também é capaz de justificá-la. Afinal de contas, quando se entra em contato com o mundo, nós temos o estado de entrar em contato (a S-evidência) com o mundo, e possuímos um conteúdo proposicional descritivo a respeito desse contato com o mundo, que é a C-evidência.

2.2.2 Justificação em gradação

Agora que a parte fundamental de como Haack concebe a relação entre experiência e crenças está delineada, cabe voltar ao tema do caráter gradual da justificação, como a própria filósofa chama.

Embora a justificação se dê gradualmente, não é necessário ou mesmo possível indicar numericamente o grau de justificação. Articular a justificação dessa maneira envolve ser

capaz de indicar que tipo de fator aumenta ou diminui o grau de justificação de um sujeito epistêmico em relação a determinada crença.

Assim sendo, indicar o grau de justificação epistêmica nada tem a ver com elaborar uma prova matemática, mas muito mais com como alguém avalia a razoabilidade “de entradas em uma palavra cruzada” (HAACK, 1993, p. 81. tradução nossa).

Haack emprega inúmeras vezes a analogia da palavra cruzada para melhor ilustrar a ideia geral do fundarentismo. É um modelo de explicação talvez imperfeito, mas a filósofa tem consciência de que esse tem apenas um fim didático e não é o todo da explicação. De acordo com ela, a analogia funciona da seguinte maneira:

As pistas são análogas à evidência experiencial do sujeito; as entradas já preenchidas, análogas às suas razões. As pistas não dependem das entradas, mas as entradas são, em grau variável, interdependentes; estas são análogas às assimetrias já percebidas entre evidência experiencial e razões. (HAACK, 1993, pp. 81-82, tradução nossa)

A partir dessa analogia, Haack segue a explicar o fundarentismo adicionando que quão boa é a C-evidência do sujeito epistêmico com respeito a p depende de três cláusulas: “1) quão *favorável* é a C-evidência direta de A com respeito a p ; 2) quão *seguras* são as C-razões diretas de A com respeito a p , *independentemente da C-crença de que p* ; 3) quão *abrangente* é a C-evidência de A com respeito a p ” (HAACK, 1993, p. 83, tradução nossa).

Favorabilidade, segurança e abrangência entram em jogo ao se determinar se uma C-evidência dá o suporte adequado à crença que está sob avaliação. Cada um desses elementos pode ser fraco ou forte, mas não há uma escala matemática para determiná-los. Ao contrário, cada um deve ser avaliado e julgado. Explicaremos o significado de cada um desses termos de “medição” de integração explanatória nos próximos parágrafos.

Se a C-evidência é completamente favorável à C-crença, podemos dizer que ela é conclusiva. Caso a C-evidência esteja absolutamente contra a C-crença sendo avaliada, sendo assim completamente infavorável, ela impossibilita a verdade da C-crença. Esses dois casos são os extremos da escala. No entanto, como já visto até aqui, o fundarentismo atua em gradações. Da mesma maneira, a favorabilidade é gradual. É possível que a C-evidência seja favorável mas não conclusiva, ou infavorável mas não fatal para a C-crença.

O papel da C-evidência precisa, ainda, ser reforçado pela noção de integração explanatória. Essa noção pega emprestado o apelo intuitivo da 1) inferência para a melhor explicação e 2) coerência explanatória. A primeira noção vem do fundacionismo, e a segunda vem do coerentismo. Mais uma vez, a filósofa mostra seu intuito de aproveitar as partes que

ela considera proveitosas de cada corrente teórica, ainda que construindo uma posição que ela considera nova.

Haack explica que a integração explanatória é uma propriedade encontrada em diferentes graus nos conjuntos de proposições, e se apresenta na conjunção de C-evidência com C-crenças. Avalia-se o quão bem as proposições de cada elemento suportam umas às outras, integrando-se e contribuindo para uma melhor explicação da crença que deve ser justificada.

A segunda cláusula trata de quão seguras são as C-razões do sujeito com respeito a p , independentemente dessa mesma C-crença. Um sujeito epistêmico pode vir a acreditar que p , e uma de suas C-razões depende da C-crença com a mesma força que a C-crença depende das C-razões. Nesse caso, essa C-razão está dando menos suporte à C-crença nova, mas as C-razões que se sustentam de maneira independente dão um suporte mais forte à C-crença. Intuitivamente, então, é necessário que haja C-razões o suficiente que se sustentem de maneira independente para que o sujeito epistêmico possa confiar, justificadamente, que sua C-crença está correta.

Fica claro que essa cláusula serve para evitar que haja circularidade na estrutura de justificação epistêmica sugerida pelo fundarentismo. Haack adiciona ainda que, em dado momento, não será mais o caso de perguntar apenas quão bem a C-crença é suportada pelas C-razões, mas quão bem a C-evidência confere suporte. A C-evidência, por sua vez, não precisa ser justificada, pois ela é o conteúdo proposicional advindo da evidência experiencial. Cada sujeito epistêmico possui um conteúdo proposicional que reflete características que o sujeito considera importantes ao avaliar a sua experiência. A C-evidência não é infalível, mas também não há necessidade de justificá-la dado que ela emerge do contato do sujeito epistêmico com situações experienciais.

Ao desenvolver esse ponto da teoria, Haack se adianta à questão “isso não tornaria o fundarentismo mais uma forma de fundacionismo?”, respondendo que não se exige que qualquer crença seja justificada exclusivamente pela C-evidência experiencial.

Além da favorabilidade/suportividade e da segurança independente, falta examinar o que Haack entende por “abrangência”.

Embora a C-evidência de um sujeito epistêmico não possa estar errada pois o sujeito está naquele estado de evidência experiencial (S-evidência) e a C-evidência é apenas o conteúdo proposicional desse estado, é possível avaliar o quão bem o sujeito leva em conta o que deve ser relevante na experiência para contar como evidência em favor de sua crença.

A noção de abrangência relaciona-se com a noção de relevância da evidência. A avaliação através do critério da abrangência aparece de maneira negativa, quando, por exemplo, indica-se que o sujeito epistêmico falhou em olhar mais de perto, olhar os objetos analisados de ângulos diferentes etc.

Cada sujeito epistêmico experimenta a experiência de maneira diferente, então a evidência que parece ser relevante “depende de várias crenças de fundo, as quais podem ser verdadeiras ou falsas” (HAACK, 1993, p. 87, tradução nossa). A filósofa aponta que a evidência de fato relevante “coincide com qual evidência parece ser relevante para A apenas se as crenças de fundo de A são *verdadeiras*” (HAACK, 1993, p. 87, tradução nossa).

Se, a partir da avaliação até agora proposta para com a C-evidência que dá suporte a uma C-crença, for constatado que há inconsistência na C-evidência, a consequência é de que o sujeito epistêmico não está justificado em sua crença.

Finalmente, de posse de todas essas informações acerca das noções que estão em jogo dentro da teoria fundarentista da justificação epistêmica, chega-se ao resultado de que o fundarentismo considera um conjunto de fatores ao atribuir justificação epistêmica a um sujeito. Não basta apenas a coerência, assim como não basta apenas a experiência.

Embora o papel da evidência seja de suma importância, esse elemento sozinho é incapaz de garantir justificação, distanciando assim o fundarentismo do fundacionismo. Por outro lado, o reconhecimento de que as crenças se organizam em “rede” não dá a essa estrutura a mesma importância que dá o coerentismo, assim afastando também o fundarentismo dessa linha de pensamento.

O fundarentismo busca articular a estrutura das crenças de um sujeito epistêmico, considerando como essas crenças são causadas e como podem ser justificadas pela interação experiencial.

Ao articular essa estrutura de crenças e admitir que as crenças de fundo impactam a maneira como o sujeito experiencia o mundo, portanto influenciando na construção das C-evidências, há indícios de que o fundarentismo é capaz de lidar com os problemas que derrubam outras teorias experiencialistas.

A relação entre fundarentismo e mito do dado, no entanto, não será explorada nesta seção ou neste capítulo. Será o foco da segunda metade do Capítulo Dois. Antes dele, vamos buscar estabelecer que o fundarentismo não é mais um tipo de fundacionismo, e esclarecer qual é a crítica de Sellars ao que ele chama de “mito do dado”.

2.3 O FUNDARENTISMO É UM FUNDACIONISMO?

Embora Haack tenha pretendido, com o fundarentismo, oferecer um novo vislumbre em teorias da justificação epistêmica, com a intenção de que o debate se desenvolvesse para além do fundacionismo e do coerentismo, houve quem interpretasse sua tese como apenas mais uma forma de fundacionismo.

A questão “o fundarentismo é um fundacionismo?” parece arrastar o fundarentismo para um debate teórico e taxonômico que nada contra a correnteza do que foi proposto por Haack. Ainda que a própria filósofa tenha desenvolvido um esquema taxonômico das diferentes formas de fundacionismo e coerentismo, ela o fez para mostrar que nenhuma dessas duas correntes teóricas da epistemologia da justificação era capaz de resolver certos problemas relevantes. Dessa maneira, o passo lógico a seguir é abandonar o núcleo principal de cada corrente e voltar a tentar responder “como o agente epistêmico pode estar justificado a acreditar que p?”, certamente sem esquecer problemas principais já enfrentados. O foco, para Haack, uma autodeclarada pragmatista devedora da filosofia de Peirce, é buscar na experiência ordinária aquilo que pode nos dar uma pista sobre como o conhecimento funciona, e refiná-lo à luz do escrutínio filosófico.

O que foi expresso nas últimas linhas busca, é claro, traduzir o ponto de vista que parece compatível com o que a filósofa expressa em seus livros, assim como em seus diversos artigos em que ela expande sobre outros temas (como metafísica, naturalismo, o status epistêmico da religião etc.), e também nas respostas que dá aos críticos de sua filosofia.

No entanto, a objeção contra o fundarentismo que é aqui objeto não foi levantada apenas por um filósofo, mas por alguns. Por isso, parece importante que a última seção deste capítulo seja dedicada a discutir qual é o status do fundarentismo dentre as teorias da justificação epistêmica. Assim, é possível finalizar a apresentação do fundarentismo levando em conta tanto a teoria conforme a visão da Haack quanto problemas ou objeções possíveis, preparando de maneira adequada o espaço lógico para a discussão do capítulo três.

Nesta seção, exploraremos dois textos que apresentam argumentos em favor da conclusão de que o fundarentismo de Haack é, em verdade, um fundacionismo. O primeiro texto é de Tramel (2008). O segundo texto abordado se encontra é de Ruppert et al. (2016, pp. 59-70).

Haack não publicou nenhuma resposta formal ao artigo de Tramel, porém respondeu, no livro *Reintegrating Philosophy*, à crítica feita ali. Sua resposta ajudará a desenvolver o fim deste capítulo.

2.3.1 O artigo de Tramel

Tramel começa voltando na definição de Haack de fundacionismo, segundo a qual:

(FD1) Algumas crenças justificadas são básicas; uma crença básica é justificada independentemente do suporte de qualquer outra crença;

(FD2) Todas outras crenças justificadas são derivadas; uma crença derivada é justificada através do suporte, direto ou indireto, de uma ou mais crenças básicas. (HAACK, 1993, p. 14, tradução nossa).

Da distinção entre crenças básicas e derivadas (ou não-básicas) segue-se que a justificação é unidirecional. Ou seja, o fundacionismo permite apenas que crenças básicas confirmem justificação inferencial para crenças derivadas, e não concede que crenças básicas possam receber justificação de crenças derivadas.

Em seguida, Tramel reconstrói o argumento original de Haack segundo o qual o fundarentismo não é um fundacionismo. Tramel o chama de argumento dos *Tipos de Dependência*, de acordo com o qual: (i) uma crença derivada deve sua justificação a uma ou mais crenças básicas, (ii) uma crença derivada deve sua justificação a uma ou mais crenças derivadas, (iii) uma crença básica deve sua justificação a uma ou mais crenças básicas, e (iv) uma crença básica deve sua justificação a uma ou mais crenças derivadas.

Dos quatro tipos de dependência epistêmica delineados, o fundacionismo é compatível com os tipos (i) e (ii). Por outro lado, o fundarentismo permite relações de suporte mútuo entre crenças. Assim, de acordo com o argumento original de Haack, o fundarentismo não é um fundacionismo.

Tramel, no entanto, deseja explorar detalhes partindo das objeções de BonJour (1997). Em seu artigo, BonJour se mostra simpático à ideia de Haack de combinar coerência e *input* experiencial para encontrar uma melhor descrição de como funciona a justificação epistêmica. No entanto, ele vê problemas na maneira como a filósofa encaixa o *input* experiencial e como ela realiza sua “taxonomia” das formas de fundacionismo. Ele não chega a explicitamente chamar o fundarentismo de fundacionismo, e por isso não incluímos o artigo dele como um dos focos nesta seção.

No artigo original de BonJour, ele aponta que há ainda um outro tipo de fundacionismo ocupando o espaço lógico entre as diferentes caracterizações de fundacionismo de Haack e o fundarentismo. Haack (1997) concorda que pode haver de fato

algo a mais nesse espaço lógico, mas acredita que é uma forma de fundacionismo que ninguém se daria ao trabalho de avançar como uma teoria digna de atenção. Ainda assim, para fins teóricos, ela concede que se possa discutir essa alternativa e a chama de “fundacionismo débil” (*feeble foundationalism*).

Tramel resume o fundacionismo débil em três cláusulas: 1) “Algumas crenças justificadas são básicas; uma crença básica possui justificção que ela não deve a nenhuma outra crença” (TRAMEL, 2008, p. 218, tradução nossa); 2) “Todas outras crenças justificadas são derivadas; uma crença derivada é justificada através do suporte, direto ou indireto, de uma ou mais crenças básicas” (TRAMEL, 2008, p. 218, tradução nossa); 3) “Toda justificção em uma estrutura de crenças justificadas deriva, seja direta ou indiretamente, do suporte justificatório de crenças básicas” (TRAMEL, 2008, p. 218, tradução nossa).

É importante notar que a primeira cláusula não se faz clara o suficiente da maneira que Tramel a insere. Ao dizer que “uma crença básica possui justificção que ela não deve a nenhuma outra crença” (TRAMEL, 2008, p. 218, tradução nossa), Tramel refere-se apenas a uma parte da justificção. Uma crença básica no fundacionismo débil deve parte de sua justificção a outras crenças, e parte à experiência.

Enquanto Haack concede que o fundacionismo débil possa existir para fins de discussão, Tramel argumenta que o fundarentismo e o fundacionismo débil são a mesma coisa, e, portanto, que o fundarentismo é um fundacionismo. É fácil compreender como ele estabelece essa relação a partir das três cláusulas.

O que diferencia as abordagens de Haack e de Tramel é que o segundo ainda distingue crenças em básicas e derivadas. Haack não enxerga distinção entre crenças básicas e derivadas no fundarentismo, apenas diferentes graus em que uma crença depende da experiência e de outras crenças relevantes para ser dita justificada por um agente epistêmico.

Haack, aliás, ainda enxergaria o fundacionismo débil como problemático em termos de definição, pois ele admite que as crenças básicas recebam justificção de crenças derivadas. A filósofa, em sua apresentação do fundacionismo, aponta a unidirecionalidade como característica fundamental do fundacionismo. No entanto, Tramel argumenta que não há razões para que teorias deixem de ser fundacionistas caso percam a unidirecionalidade. De fato, Haack não apresenta motivos para isso.

Ainda, Haack (1997, p.27-28) não vê a possibilidade desse tipo de fundacionismo porque ela acredita que apenas Roderick Firth (1964), e talvez Bertrand Russell (2009), sejam os únicos filósofos a terem tomado essa ideia com o mínimo de seriedade.

Tramel, porém, argumenta que Roderick Chisholm (1989) sugere algo nas linhas do fundacionismo débil. Não apenas isso, mas ele sustenta que essa forma de fundacionismo que Haack chama de “débil” é a forma de fundacionismo mais aceita na literatura recente da área à época, figurando no trabalho de filósofos como Robert Audi (1993) e Geoffrey Sayre-McCord (1996).

Dessa maneira, mesmo o suporte mútuo entre crenças encontrado no fundarentismo ainda poderia ser encaixado no fundacionismo. Porém, Haack não realiza a distinção entre crenças básicas e derivadas, pois não vê lugar para essa distinção em sua teoria. É justamente esse o principal ponto de Tramel e, posteriormente, de Ruppert et al (2016).

Tramel argumenta que é possível encontrar a distinção entre crenças básicas e crenças derivadas tanto na estrutura dos conteúdos de crença quanto na estrutura dos estados de crença.

No caso dos estados, Tramel traz a S-evidência experiencial, que Haack caracteriza como sendo a evidência final do sujeito epistêmico, e nunca podendo ser evidencialmente sustentada por S-crenças. Tramel acredita que as S-crenças diretamente sustentadas pela S-evidência são crenças básicas, e as S-crenças sustentadas por essas S-crenças básicas são crenças derivadas.

No caso das C-crenças e C-evidência, Tramel comenta que a analogia com as palavras-cruzadas que Haack faz cria a ilusão de que é, de fato, impossível fazer qualquer distinção entre crenças básicas e derivadas. No entanto, analisando com maior atenção, o filósofo sugere que a mesma estrutura de crenças derivadas e básicas pode ser encontrada no lado das C-crenças.

A maneira como Haack apresenta a organização das crenças no fundarentismo pretende solapar a distinção entre crenças básicas e derivadas, pois todas elas seriam, pelo menos conforme a distinção tradicional do fundacionismo, “básicas”, já que todas dependem, pelo menos em alguma proporção, de evidência experiencial. Porém se não há crenças derivadas, não há também motivo para chamar crenças de básicas.

Tramel, mesmo assim, defende que a distinção seja mantida. De acordo com ele:

Independente de sermos psicologicamente capazes de ter crenças derivadas, a distinção ainda é uma parte essencial da solução fundacionista para o problema do regresso, e então todos fundacionismos débeis, incluindo o fundarentismo, estão comprometidos a ela por seu anti-coerentismo. (TRAMEL, 2008, p.227, tradução nossa)

Para desenvolver este ponto, Tramel sugere imaginarmos que Descartes possui uma irmã chamada Lisa. Ela concorda com tudo que Descartes escreve nas *Meditações*, exceto o que lhe impediria de se tornar uma solipsista. Tornando-se, então, uma solipsista, ela acredita apenas na própria existência, ou seja, possui uma única crença. Esta crença, segundo Tramel, é básica. Segundo ele, o fundacionismo “é uma premissa necessária em seu argumento para a conclusão de que ela não tem crenças derivadas (justificadas).” (TRAMEL, 2008, p.227, tradução nossa)

Ao fim, esse último argumento é psicológico: Tramel acredita que devemos nos segurar à distinção crenças básicas/derivadas para sobreviver a “descobertas inesperadas na psicologia”.

2.3.2 O artigo de Ruppert et al

Ruppert et al (2016) deixam de lado as classificações utilizadas por Haack, Bonjour e Tramel (fundacionismo fraco, impuro, débil etc.) e focam na questão a respeito da distinção entre crenças básicas e derivadas.

Segundo esses filósofos, o fundarentismo na verdade se encaixa na distinção entre crenças básicas e derivadas, e, portanto, pode ser considerado uma forma de fundacionismo. Isso acontece “de uma maneira surpreendente” (RUPPERT et al, 2016, p.61, tradução nossa), de acordo com eles.

Notando que o quasi-holismo de Haack faz que todas crenças recebam suporte empírico e ao mesmo tempo permite que recebam e concedam suporte inferencial, os autores do artigo sugerem que todas as crenças são básicas e derivadas em algum grau. Levando a cabo a gradação presente no fundarentismo, eles acreditam que certas crenças são mais básicas que outras conforme ela recebe mais suporte da evidência experiencial. O inverso se aplica também, fazendo com que algumas crenças sejam consideradas mais derivadas conforme elas não recebem tanto suporte empírico, mas dependem mais do suporte de outras crenças.

Mesmo antes de chegar à resposta de Haack, há uma consideração a ser feita aqui. A inclusão dessa distinção no fundarentismo parece inflar de modo desnecessário a teoria. Ela já inclui uma certa distinção gradual entre crenças: as crenças são mais ou menos justificadas, de acordo com a evidência e sua integração explanatória com a crença. Dizer que uma crença é

mais básica ou mais derivada não parece adicionar qualquer informação muito relevante em termos epistêmicos práticos, que é o que Haack busca.

Ruppert et al. trazem, ainda, um dos pontos de Tramel:

o argumento de Haack para a não existência de crenças derivadas repousa sobre uma suposição psicológica—a suposição de que toda crença é pelo menos em parte diretamente apoiada pela experiência—que a longo prazo poderia se mostrar falsa. (RUPPERT et al, 2016, p.61, tradução nossa)

Para finalizar, Ruppert et al. ainda sugerem uma interpretação diferente do núcleo principal do fundacionismo. Enquanto Haack interpreta a corrente teórica como necessitando diferentes tipos de crenças (básicas e derivadas) e dando privilégio a uma delas (as básicas), os filósofos aqui apontam para outra possibilidade. O fator definitivo para uma teoria fundacionista seria, para eles, privilegiar um tipo de justificação que não se refere à justificação inferencial por outras crenças. Então, eles identificam em Haack o privilégio dado à experiência, e a tratam como a fundação justificatória no fundarentismo. Logo, o fundarentismo é, para Ruppert e seus colaboradores, uma forma de fundacionismo.

2.3.3 A resposta de Haack

A primeira objeção a qual Haack responde (2016) é a identificação das crenças básicas e derivadas no fundarentismo. Para isso, ela retoma seu argumento *up and back all the way down*⁸, já apresentado em *Evidence & Inquiry* para mostrar os problemas das formas mais modestas de fundacionismo. Resumidamente, o argumento sustenta que, se um epistemólogo chega ao ponto de reconhecer que pode haver relações de suporte mútuo entre crenças “básicas” e “derivadas”, “não há motivação para sustentar sequer uma forma mínima de unidirecionalidade ou, portanto, distinguir crenças básicas de derivadas. E abandonar esta distinção é abandonar o fundacionismo” (HAACK, 2016, p.160, tradução nossa).

De um ponto de vista possível acerca do desenvolvimento do campo de estudo, Haack está propondo abandonar certos termos que talvez não tenham mais grande utilidade (e dando argumentos para isso), enquanto seus críticos querem manter o uso desses termos (forçando um encaixe), mesmo que mantê-los signifique apenas inflar a teoria sem um real ganho no entendimento de como um sujeito epistêmico pode ser dito justificado.

⁸ Deixamos o nome do argumento sem tradução no corpo do texto porque não há tradução oficial para ele, e não nos arriscamos a traduzi-lo devido a parecer se tratar de uma expressão idiomática que não encontra fácil contraparte na língua portuguesa. A tradução literal é algo como “para cima e de volta para baixo todo o caminho”, mas é algo que ninguém diria naturalmente em língua portuguesa.

O segundo ponto de Haack é chamar a atenção para o fato de que sua teoria propõe uma forma de “holismo articulado que funciona em termos, não de *cadeias de inferência*, mas de *rede de evidência*⁹ com respeito a uma crença” (HAACK, 2016, p. 160, tradução nossa).

Isso leva ao ponto de que todas as crenças empíricas, conforme o fundarentismo, são parcialmente justificadas pela experiência, e parcialmente justificadas pelo suporte de outras crenças. Dessa maneira, não há como a distinção crenças básicas/derivadas funcionar como no fundacionismo.

Haack concede que algumas crenças sejam inferidas de outras dentro do fundarentismo. No entanto, essa inferência não cria crenças derivadas, pois cada crença ainda precisa ter seu próprio suporte empírico.

A filósofa nota que Ruppert et al (e talvez também Tramel) criaram uma confusão envolvendo os termos “inferido” e “derivado”. Em alguns casos, as duas noções são intercambiáveis. Neste caso, não. “Derivado”, como Haack relembra, é um termo técnico do fundacionismo, expressando um conceito epistemológico, e não psicológico. Isso leva para o próximo ponto.

Ruppert et al. (bem como Tramel) interpretaram “derivado” em termos psicológicos, e passaram a sustentar a necessidade da distinção entre crenças básicas e derivadas em termos psicológicos, por receio de que descobertas futuras mostrassem que o fundarentismo está errado. O problema com essa afirmação é que: 1) o fundarentismo e o fundacionismo são teorias epistemológicas, não psicológicas; 2) caso o fundarentismo estivesse sujeito a descobertas futuras no campo da psicologia, o mesmo se aplicaria ao fundacionismo.

O último ponto de Haack identifica mais uma confusão feita pelas objeções. Essa confusão é entre os termos “fundacionismo” e “experencialismo”. Da maneira como os filósofos dos dois artigos argumentam, eles passam a definir “fundacionismo” de uma maneira que mais lembra o experencialismo, insistindo que o fundarentismo seja um fundacionismo pela importância que dá à experiência empírica. Haack lembra, no entanto, que há formas de fundacionismo não-experencialistas.

Ela concede, por fim, que o fundarentismo é um membro da família das teorias epistemológicas experencialistas, assim como o fundacionismo experencialista. “[...] Mais uma vez, com emoção!—o *fundarentismo não é uma variante do fundacionismo*.”(HAACK, 2016, p.162, tradução nossa)

⁹ Em inglês, “mesh of evidence”. “Mesh” pode ser traduzido como “malha” ou “rede”. Pareceu melhor aqui a tradução como “rede”, porém é necessário distinguir de “rede” quando traduzido a partir de “network”, expressão bastante usada no contexto do coerentismo.

3 O DILEMA DE SELLARS E A RESPOSTA FUNDARENTISTA

No capítulo anterior cobrimos três pontos: em primeiro lugar, apresentamos o debate entre o fundacionismo e o coerentismo. Em seguida, mostramos como Haack se propõe a resolver os problemas das duas correntes unindo o experiencialismo do fundacionismo ao holismo do coerentismo. Finalmente, apresentamos a controvérsia acerca de se o fundarentismo não é apenas mais uma forma de fundacionismo.

Neste capítulo, desejamos examinar se o fundarentismo de Haack é capaz de superar a dificuldade crucial enfrentada pelo fundacionismo: o *dilema de Sellars*. Embora não consideremos aqui que o fundarentismo seja uma forma de fundacionismo, as semelhanças são notáveis, e se levamos em conta que a própria Haack enxerga sua teoria como um meio-caminho, uma fusão, entre fundacionismo e coerentismo, faz todo o sentido perguntarmos como sua proposta se sai diante das dificuldades já enfrentadas pelas teorias experiencialistas anteriores.

Para isso, devemos entender o que é o conceito de dado para a tradição epistemológica do século XX, que tipo de problema a aplicação do conceito de dado visa resolver, e por que diversos filósofos consideram que essa estratégia filosófica falhou. O ataque mais famoso ao conceito filosófico de dado vem de Sellars (1956). Assim, focaremos em suas críticas ao *framework* da dadidade, na esperança de extrair daí algumas condições que nos indiquem como pode uma epistemologia experiencialista se tornar bem sucedida.

Entendendo o dado e seus problemas, poderemos avaliar se Haack propõe algo diferente do fundacionismo neste sentido relevante: se consegue articular a experiência sem sucumbir ao mito do dado. Em caso positivo, isso oferece um indício forte de que o fundarentismo de Haack é de fato uma boa solução para os problemas historicamente associados ao fundacionismo, e assim se posiciona como uma teoria epistemológica com algo a oferecer no debate corrente.

3.1 O “DADO” NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA

“Dado” (*given*) é um termo técnico da filosofia. Em sua acepção filosófica corrente, um dado é “algo com valor epistêmico que é apreendido diretamente pelo sujeito” (MAROLDI, 2016, p.394). Entre os filósofos analíticos, a existência de dados foi sustentada

pelos adeptos do empirismo lógico, embora Misak (1995) identifique raízes mais antigas do uso desse conceito que remontam ao empirismo clássico de Berkeley e Hume. Sellars vai mais longe e identifica usos do conceito de dado no racionalismo cartesiano, na filosofia kantiana, e até mesmo em Hegel, “aquele grande inimigo da ‘imediateidade’” (SELLARS, 1956, p. 253, tradução nossa).

O conceito de dado se tornou mais discutido, no entanto, no século XX. Carnap, em seu *Aufbau*, menciona explicitamente o termo e cita outros filósofos que também aplicaram esse conceito à epistemologia:

A redução da ‘realidade’ ao ‘dado’ em tempos recentes tem sido considerada uma tarefa importante e tem sido parcialmente realizada, por exemplo, por Avenarius, Mach, Poincaré, Külpe, e especialmente Ziehen e Driesch. (CARNAP, 2003, p. 7, tradução nossa).

Price, que foi professor de Sellars, dedica todo o primeiro capítulo de *Perception* à defesa do dado como termo teórico indispensável para a epistemologia, onde sustenta que “obviamente deve haver algum tipo ou tipos de presença à consciência que possa ser chamado ‘direto’ neste sentido, ou então nós teríamos um regresso infinito” (PRICE, 1964, p. 3, tradução nossa).

O dado é parte importante da epistemologia fundacionista. Como vimos no capítulo anterior, o fundacionismo exige que haja um ponto de parada na cadeia de justificação epistêmica, uma crença justificada que não exija apelo a outras crenças. O dado é o que proporciona, para a epistemologia fundacionista, um ponto de parada seguro para as crenças. O dado aparece sob diversos aspectos, na forma de dados dos sentidos ou de universais, por exemplo. Para a epistemologia fundacionista empirista, o que interessa é o dado enquanto *dados dos sentidos*.

Suponhamos que eu esteja vendo um carro passar na frente de minha casa, acredite que um carro está passando na frente de minha casa e diga “eu estou vendo um carro passar na frente de minha casa”. Para o fundacionista que apela ao dado, o que justifica minha crença são os dados dos sentidos que estou experienciando.

Os dados dos sentidos são obtidos diretamente do contato do sujeito com o mundo ao seu redor e são infalíveis e indubitáveis, não pressupõem quaisquer conhecimentos prévios e não são produzidos por processos cognitivos, ou seja, são epistemicamente independentes. Assim, eles proporcionam justificação epistêmica garantida: a partir dos dados dos sentidos, supõe-se, é possível erguer o edifício do conhecimento. É importante, no entanto, fazer uma

distinção entre os dados dos sentidos e os objetos do mundo. De acordo com os filósofos que defendem os dados dos sentidos, quando experienciamos o mundo e percebemos o que existe ao nosso redor, o que nós estamos verdadeiramente experienciando são os dados dos sentidos.¹⁰

A principal razão para diferenciar os objetos dos dados dos sentidos é o *argumento da ilusão*. Segundo o argumento da ilusão, nós podemos facilmente ser iludidos por fenômenos naturais em que percebemos algo de maneira distorcida (exemplo: uma moeda que, para a nossa visão, muda de formato quando submersa em água). Se considerarmos que essas ilusões são os objetos eles mesmos, a epistemologia fundacionista estaria arruinada. Portanto, o epistemólogo que apela aos dados dos sentidos propõe essa entidade teórica como sendo o que nós realmente experienciamos em nosso contato com o mundo. O comprometimento teórico com os dados dos sentidos impede que nos comprometamos a dizer que a moeda realmente mudou de formato, por exemplo. É apenas nossa experiência que apreende os dados dos sentidos dessa maneira.

3.2 O DILEMA DE SELLARS

Sellars é notoriamente conhecido por suas críticas ao suposto papel epistemológico do conceito de dado. O seu *Empirismo e Filosofia da Mente*, publicado em 1956, foi um divisor de águas para a filosofia contemporânea, colocando em xeque a possibilidade de justificação epistêmica de cadeias fundacionistas.

Quando, normalmente, nos referimos ao trabalho de Sellars, menciona-se os assim chamados “dilema de Sellars” e “mito do dado”. Nesta seção, trataremos do que Sellars considera ser o dilema em relação à relevância epistêmica dos dados dos sentidos. Quando ficar claro qual é o dilema que emerge da reflexão sellarsiana, ficará também mais fácil entender por que, a partir desse ponto na filosofia, o dado foi considerado um mito por Sellars e por quem concorda com sua articulação¹¹.

¹⁰ Essa é, pelo menos, a posição dos teóricos com quem Sellars está debatendo. Nas filosofias do Círculo de Viena, por exemplo, encontram-se posições que identificam os dados dos sentidos diretamente com o real. Ver Misak (1995).

¹¹ Consideramos que Haack concorda com Sellars, o que torna comparar sua tese com as exigências sellarsianas um exame interessante.

Vale apontar que Sellars considera que muitos filósofos que, em sua época também atacaram o dado, na verdade atacaram apenas os dados dos sentidos e transferiram suas características para outros objetos teóricos (SELLARS, 1956, p. 254). Dessa maneira, embora foquemos aqui principalmente na crítica aos dados dos sentidos por ser mais relevante para este trabalho, não podemos esquecer que Sellars começa sua crítica pelos dados dos sentidos com o objetivo de minar toda a credibilidade do *framework* do dado e mostrar que ele é, em realidade, um mito.¹²

O argumento que causa o dilema sellarsiano possui duas premissas básicas bastante incontroversas. Em primeiro lugar, o argumento apela a uma tese sobre a natureza da percepção. Segundo essa tese, o ato cognitivo de apreender dados dos sentidos é sempre uma relação entre, de um lado, um sujeito cognoscente e, de outro lado, *particulares* (a saber, os objetos da experiência). A segunda premissa refere-se à natureza do conhecimento: “saber que” é uma relação entre um sujeito cognoscente e *proposições*¹³. A dificuldade caracterizada pelo dilema de Sellars aparece, então, quando o fundacionista busca conectar o ato cognitivo de apreender os dados dos sentidos à posse de conhecimento proposicional.

Para o fundacionista, o sujeito epistêmico está justificado em ter uma crença do tipo “vejo que X é vermelho” se ele vê que X é vermelho. Esmiuçando o processo, temos o seguinte esquema:

Objetos (1→) Dados dos sentidos (2→) Crenças básicas proposicionais (3→) Crenças
não-básicas proposicionais

No esquema fundacionista, os dados dos sentidos são obtidos a partir dos objetos do mundo real conforme a relação (1→); no estágio (2→), o entretenimento de dados dos sentidos produz no sujeito cognoscente crenças básicas; no estágio (3→), as crenças básicas justificam inferencialmente crenças posteriores, não-básicas.

Os dados dos sentidos aparecem como uma propriedade relacional de um ato de sentir quando um sujeito entra em contato com *particulares* (objetos do mundo). Dessa maneira, é

¹² Cabe notar que os comentários negativos de Sellars contra o uso epistemológico do conceito de dado se aplicam a dados em geral. No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre seus argumentos positivos, pois são claramente focados no dado enquanto dados dos sentidos.

¹³ Sellars utiliza o conceito de fato ao invés de proposição. No entanto, os dois termos têm compromissos ontológicos distintos. Além disso, “proposição” funciona bem o suficiente para essa discussão, e liga-se melhor ao resto do trabalho, principalmente por se encaixar de maneira mais fácil com a análise tripartite do conhecimento, que é parte fundamental da teoria fundacionista.

possível dizer que a relação de objetos para com dados dos sentidos (i.e., a relação $1 \rightarrow$) é *causal*.

Já a relação entre crenças básicas e não-básicas (i.e., a relação $3 \rightarrow$) é *inferencial*, pois aqui não estamos tratando de objetos ou itens da experiência, mas de proposições. Crenças na forma proposicional são capazes de justificar umas às outras, pois elas estão em um espaço onde podemos escrutiná-las logicamente.

Porém, como é que as crenças básicas são elas mesmas justificadas? Elas adquirem justificação causal ou inferencial dos dados dos sentidos? A estrutura de justificação epistêmica do fundacionista mostra que as crenças básicas são, de alguma maneira, *produzidas* a partir dos dados dos sentidos. Aqui é que se encontra o cerne do dilema de Sellars.

Para Sellars, só há duas vias disponíveis ao fundacionista para explicar a relação ($2 \rightarrow$): ou essa é uma relação causal, ou essa é uma relação inferencial (“lógica”). O argumento sellarsiano procede então por um exame de casos. Consideremos, primeiramente, o que se passa se supusermos que a relação ($2 \rightarrow$) é análoga a uma conexão causal. Se esse for o caso, ($2 \rightarrow$) é uma relação de via única, i.e., os dados dos sentidos são capazes de causar uma crença mas não de justificá-la, pois “a existência de dados dos sentidos não implica *logicamente* a existência de conhecimento” (SELLARS, 1956, p. 255, tradução nossa). Dessa maneira, embora tenhamos crença, ainda não há conhecimento, apenas uma crença sem justificação.

Por outro lado, para fins de argumentação, assumamos que ($2 \rightarrow$) é uma relação “lógica”. Essa via hipotética também nos leva a problemas, pois em relações lógicas apenas proposições podem ocorrer. No entanto, como vimos acima, os dados dos sentidos são particulares apreendidos na percepção de objetos. Logo, eles não podem cumprir papel lógico. O dilema de Sellars fica assim plenamente formulado: nenhuma das vias de explicação da relação ($2 \rightarrow$) disponíveis ao fundacionista oferece uma boa estória filosófica do processo fundacional de justificação epistêmica.

3.3 O MITO DO DADO

Diante do dilema de Sellars, há, ao menos em princípio, uma via de solução aparente ainda disponível ao fundacionista. O nosso interlocutor poderia ainda argumentar que ($2 \rightarrow$) deve ser lida como uma relação de identidade: entreter dados sensórios é estar na posse de

crenças básicas correspondentes. Como entender essa identidade entre elementos à primeira vista bastante díspares?

De acordo com Sellars, para dar razoabilidade a essa identidade, o fundacionista interpreta a atividade cognitiva de entreter dados dos sentidos como se fosse também uma forma de conhecimento. Por essa via de análise, o fundacionista concebe o entretenimento de dados dos sentidos como um modo particular de *conhecimento por familiaridade*. Bastante resumidamente, conhecimento por familiaridade é conhecimento direto de tudo aquilo que nossos sentidos são capazes de capturar. Há casos bastante adequados de uso desse conceito: por exemplo, se estou em frente ao meu computador escrevendo este trabalho, eu posso dizer que conheço (por familiaridade) este computador. Contudo, em casos não-problemáticos como o exemplificado, conhecimento por familiaridade não implica conhecimento proposicional: conhecer por familiaridade o computador em que escrevo não envolve saber quaisquer fatos sobre a constituição física e de software da máquina. Por outro lado, o fundacionista pretende fazer um uso epistemologicamente carregado do conceito de conhecimento por familiaridade: ao sustentar que o entretenimento de um dado do sentido é conhecê-lo por familiaridade, o fundacionista pretende criar um preâmbulo para dizer que entreter dados sentidos é ter crenças não-básicas. Logo, esta é uma forma de conhecer diferente da que estava em jogo até então. Conforme esta nova possibilidade, para o teórico dos dados dos sentidos, é logicamente necessário que os conteúdos dos sentidos sejam sentidos como tendo certas características, e que se é assim sentido, o fato de possuir certas características é conhecido não-inferencialmente.

Em resumo, o que o teórico fundacionista dos dados dos sentidos faz, em resposta ao dilema de Sellars, é igualar o entretenimento de dados dos sentidos a ter certas crenças básicas usando como ponte conceitual a ideia de que entreter dados dos sentidos é ter conhecimento por familiaridade desses dados. Para melhor visualizar a estratégia argumentativa do fundacionista nesse ponto, pode-se considerar a seguinte sequência de equações:

$$\text{Entreter dados dos sentidos} = \text{conhecimento por familiaridade de dados dos sentidos} = \\ \text{possuir crenças básicas proposicionais}$$

Sellars alerta, no entanto, que conteúdos dos sentidos só podem estar dados e vir a implicar logicamente a posse de conhecimento quando se tem claramente que o estar dado do conteúdo dos sentidos deve ser definido contextualmente em termos de *conhecimento não-inferencial* de um fato sobre este próprio conteúdo. Sem isso em mente, teóricos podem

acabar pensando na dadidade dos conteúdos dos sentidos como o conceito básico ou primitivo do *framework* dos dados dos sentidos e eventualmente não dar conta de capturar a conexão lógica entre dados dos sentidos e conhecimento não-inferencial.

Ao identificar conhecimento por familiaridade com conhecimento proposicional, é exatamente isso que acontece: se joga para debaixo dos panos a fragilidade da (ou ainda, a completa ausência de) conexão lógica entre os dados dos sentidos e o conhecimento proposicional. É aqui, de fato, que se encontra o que Sellars chama de Mito do Dado. Quando o fundacionista argumenta que sentir um conteúdo sensorial é equivalente a conhecer ou acreditar em um conteúdo proposicional, ele incorre em uma confusão entre diferentes partes do processo de conhecer e de maneiras de conhecer.

Conhecimento por familiaridade e conhecimento não-inferencial são, em verdade, distintos. Qualquer sujeito epistêmico é capaz de dizer que conhece certas pessoas ou que sabe onde fica um determinado lugar. Ou melhor, não precisamos pedir que um sujeito epistêmico fale sobre essas coisas, mas nós mesmos podemos reconhecer que, neste sentido, sabemos um punhado de informações que nos ajudam no nosso cotidiano, mas para as quais nós não somos requeridos nenhuma forma de justificação inferencial para que sejamos julgados no tribunal epistêmico como “justificados em acreditar”.

Por outro lado, embora o sujeito leigo possa, por exemplo, não ser capaz de explicar (e portanto, justificar) por que vacinas são eficazes, a explicação do funcionamento de vacinas está disponível no campo de estudo da biologia e medicina, e pode ser usada como uma razão. Tudo isso está no campo do conhecimento proposicional, não por familiaridade.

Assim, são dimensões distintas do saber, e no momento em que o fundacionista confunde as duas, o que ele faz é tentar dar uma resposta simplificada para o problema da justificação epistêmica. Porém, acaba com um *framework* em que confunde diferentes elementos, engajando com o que o Sellars chama de mito do dado.

Além disso, como é possível extrair dos parágrafos acima, o conceito de conhecimento por familiaridade, ao menos em seus exemplos não-problemáticos, está na dimensão do uso ordinário da linguagem, e não do jargão filosófico. Contudo, Sellars, como um filósofo da linguagem comum (cf. da Rocha (2013) para uma caracterização da história dessa corrente filosófica e do lugar de Sellars nesse contexto de reflexão), não pensa que esse uso da noção de conhecimento por familiaridade possa cumprir o papel epistemológico desejado pelo fundacionista. É possível identificar uma transgressão categorial na proposta de que conhecer por familiaridade pode desempenhar o papel epistêmico de conhecer proposicionalmente. Parece, afinal de contas, que essas duas formas de conhecer, ou de lidar com informações,

envolvem conjuntos diferentes de habilidades. Para o conhecimento por familiaridade, é necessário sentir, prestar atenção, entre outras habilidades que nós, seres humanos, compartilhamos com animais. Além disso, de acordo com Sellars, cabe notar que conhecimento por familiaridade não envolve “habilidades adquiridas” (1956, p. 258, tradução nossa). Para o conhecimento proposicional, no entanto, é necessário que se tenha o domínio de uma linguagem falada compartilhada por uma comunidade linguística.

A dadaidade foi tomada pelos teóricos dos dados dos sentidos como um fato que não pressupõe qualquer aprendizado, formação de associações, ou mesmo criação de conexões estímulo-resposta. Dessa maneira, sentir os conteúdos dos sentidos tem sido considerado como estar consciente. Porém, saber o que outra pessoa sente é uma habilidade adquirida e pressupõe um processo complicado de formação de conceitos. Os teóricos dos dados dos sentidos insistem, no entanto, que seria muito estranho supor que a habilidade de sentir dor ou ver uma cor (ou seja, conteúdos dos sentidos) seja adquirida ou envolva um processo de formação de conceitos. Segue-se que analisar “X sente conteúdos dos sentidos vermelhos” como “X não-inferencialmente sabe que S é vermelho” é possível apenas se for admitido que a habilidade de ter conhecimento não-inferencial como tal é uma habilidade não adquirida.

O problema é que frequentemente os filósofos empiristas veem esse tipo de habilidade como envolvendo aprendizado, formação de conceitos e até mesmo uso de símbolos. Disso se segue que os filósofos clássicos dos dados dos sentidos enfrentam uma tríade inconsistente:

A - “X sente conteúdos dos sentidos vermelhos” implica que “X não-inferencialmente sabe que S é vermelho”;

B - A habilidade de sentir conteúdos dos sentidos não é adquirida;

C - A habilidade de conhecer fatos da forma “X é Y” é adquirida.

Segundo Sellars, o filósofo dos dados dos sentidos deve escolher entre três opções diante dessa tríade inconsistente: 1) abandonar A e permitir que sentir os conteúdos dos sentidos seja um fato não-cognitivo. Esse tipo de fato pode ser até mesmo uma condição logicamente necessária para o conhecimento não-inferencial, mas não pode de maneira alguma constituir o próprio conhecimento; 2) abandonar B, de maneira que o conceito de dados dos sentidos perca a conexão com a fala ordinária sobre sensações, sentimentos, pós-imagens, coceiras, tiques etc.; 3) A última opção seria abandonar C, porém violaria as

principais intuições nominalistas no coração da tradição empirista. Sellars abandona A, pois esse é o próprio mito do dado.

Conforme essa análise, Sellars argumenta que, de fato, o conceito clássico de dados dos sentidos emerge da mistura de duas ideias distintas. A primeira é a ideia de que temos certos episódios internos de ver, escutar, sentir etc., que não necessitam de qualquer processo anterior de aprendizado ou formação de conceito. A segunda ideia é a de que certos episódios internos constituem conhecimento não-inferencial de que coisas são vermelhas etc., e que esses episódios são condições necessárias para o conhecimento empírico por proverem a evidência para todas as outras proposições empíricas.

3.4 A RESPOSTA DE HAACK AO DILEMA DE SELLARS

Sabemos que o fundacionismo empirista, ao buscar responder o dilema de Sellars, tenta explicar de que maneira se dá a justificação epistêmica de crenças experienciais básicas invocando uma forma do mito do dado.

Também sabemos que Haack, com o fundarentismo, pretende promover uma teoria da justificação epistêmica que seja experiencialista no mesmo sentido que o fundacionismo, mas que integre a experiência de modo a não sucumbir aos problemas mais comuns enfrentados pelo fundacionismo. Em *Evidence and Inquiry*, a filósofa não apenas identifica problemas do fundacionismo e do coerentismo, como também sustenta que sua nova teoria é capaz de evitá-los.

A filósofa não fala em “mito do dado”, mas certamente tem em mente esse problema. Podemos apontar como evidência dessa situação o fato de Haack usar como epígrafe do primeiro capítulo de seu livro uma citação de Sellars:

Parece que somos forçados a escolher entre a imagem de um elefante que repousa sobre uma tartaruga (O que suporta a tartaruga?) e a imagem de uma grande serpente hegeliana do conhecimento com a cauda em sua boca (Onde ela inicia?). Nenhuma serve. Pois o conhecimento empírico, como a sua sofisticada extensão, a ciência, é racional, não por ter uma *fundação*, mas por ser um empreendimento auto-regulador que pode colocar *qualquer* afirmação em questão, embora não *todas* simultaneamente. (SELLARS, 2008, p.83)

Esse é um dos motivos que nos levam a acreditar que Haack está produzindo epistemologia na esteira da filosofia sellarsiana. Nesse sentido, podemos nos perguntar qual é,

afinal, a solução que sua filosofia pode dar para o dilema de Sellars. Haack não faz qualquer menção direta ao “dilema de Sellars” ou ao “mito do dado” em sua apresentação do fundarentismo, apenas ao que ela chama de “argumento da irrelevância da causação”:

A primeira premissa do argumento é verdadeira. A visão de A de um cachorro pode causar-lhe acreditar que há um cachorro presente, mas não pode implicar ou confirmar a proposição de que há um cachorro presente. Mas o argumento de que isso mostra que as experiências do sujeito são irrelevantes para a justificação de suas crenças – o argumento da irrelevância da causação – é inconclusivo, porque requer a premissa adicional de que justificação é exclusivamente uma relação lógica, o que é falso. (HAACK, 1993, p.29, tradução nossa)

Neste ponto de nossa investigação, interessam as seguintes questões: diante do dilema de Sellars, o que Haack, através do fundarentismo, pode propor como solução para as dificuldades apresentadas por Sellars? Em que medida a possível solução de Haack se diferencia de uma solução fundacionista? A possível solução de Haack é capaz de evitar alguma forma do mito do dado?

Para facilitar a nossa exposição, consideremos mais uma vez o modelo fundacionista da justificação epistêmica:

Objetos (1→) Dados dos sentidos (2→) Crenças básicas proposicionais (3→) Crenças não-básicas proposicionais

Através desse modelo, o fundacionista sustenta que, em primeiro lugar, os dados dos sentidos são produzidos por uma relação entre o sujeito epistêmico e os objetos, em segundo lugar, que esses dados causam crenças básicas proposicionais e, finalmente, que essas crenças básicas geram inferencialmente crenças não-básicas. O fundacionista enfrenta dificuldades em elaborar satisfatoriamente que tipo de relação se dá entre os dados dos sentidos e as crenças básicas (se essa relação é análoga a uma conexão causal ou se é mais semelhante a uma associação inferencial). Na tentativa de elaborar uma solução, ele dá munição para que Sellars argumente que o fundacionista comprometido com os dados dos sentidos mistura pressuposições e invoca o mito do dado.

A estrutura de justificação epistêmica fundacionista difere do fundarentismo em pontos relevantes. Como já sabemos, Haack não diferencia crenças básicas de crenças não-básicas. Além disso, a filósofa nunca faz uso do conceito “dados dos sentidos”. Ao invés disso, Haack dá ênfase na experiência sensorial. Como já vimos no capítulo anterior, de acordo com a autora, a experiência sensorial é capaz de causar crenças empíricas (mais precisamente,

S- e C-crenças) bem como estados evidenciais (S- e C-evidências). Quando um sujeito epistêmico se encontra em um estado de crença em *P* e ele expressa sua crença em *P*, é a C-crença que está em jogo nessa expressão. Além disso, quando o indivíduo em questão, de modo a justificar sua crença, relata sua experiência sensoria, é da C-evidência que se está falando no relato. Desse modo, ao menos em princípio, temos boas razões para pensar que Haack conseguiu superar algumas das dificuldades que o fundacionista enfrentava, pois, ao entender que o processo epistêmico possui um duplo aspecto (causal e avaliativo), começa a se mostrar possível alocar a experiência sensoria, ou uma interpretação proposicional dela, em uma cadeia de justificação epistêmica.

A fim de evitar o mito do dado, é necessário que a explicação completa de Haack não realize uma transgressão categorial, como aquela que ocorre quando o fundacionista equaciona entreter dados dos sentidos a possuir uma crença empírica. Essa transgressão categorial é, a saber, entre fatos naturais e fatos epistêmicos, na linguagem empregada por Sellars.

Para Sellars, a simples atividade sensoria do sujeito é um fato natural. Podemos descrever, ou seja, dar uma descrição empírica desse tipo de fato natural. Porém, essa simples descrição empírica não será um fato epistêmico pois estamos apenas falando sobre fatos do mundo, fatos onde leis causais atuam. Um fato epistêmico ocorre quando um sujeito diz que *sabe* algo, colocando-o no espaço lógico das razões, onde é possível que alguém peça justificação e esse sujeito dê justificações. O espaço lógico das razões não é governado pela causalidade, mas por inferências.

Por essa razão, Sellars considera uma transgressão quando o fundacionista busca argumentar que o mero ato de entreter dados dos sentidos é o suficiente para, ao mesmo tempo, causar e justificar uma crença. O entretenimento de dados dos sentidos é um fato natural, e não carrega a capacidade de implicar logicamente a justificação de uma crença, podendo no máximo causar uma crença. O fundacionista ignora esse aspecto, o que o leva a invocar o mito do dado.

Se o fundarentismo é uma teoria da justificação de caráter experiencialista, cabe a Haack explicar de que maneira se dá a transição entre o “reino do causal” e o espaço lógico das razões. É curioso observar que, de fato, o que Haack acredita que justifica inferencialmente uma crença, é, em parte, razões, pois ela chama as C-crenças que cumprem papel justificatório de C-razões, conforme já abordamos no capítulo anterior. Pode ser mera coincidência, pois a autora sequer fala em “espaço das razões” ou “espaço lógico das razões”, e na verdade suprime um pouco do aspecto lógico em favor de um aspecto “avaliativo”, mas

parece que a estrutura de justificação epistêmica proposta constrói justamente uma imagem de funcionamento de um espaço lógico de razões.

Porém, não é apenas de um “espaço lógico das razões” que se trata o fundarentismo. O que é distintivo nessa teoria é a tentativa de integrar a experiência empírica a uma rede de crenças coerentes, de maneira que a experiência empírica possa dar suporte justificatório da mesma maneira que as crenças. Pois, a saber, quando um sujeito epistêmico expressa acreditar em p , a visão de Haack é que ele estará justificado se puder elencar boas razões (C-crenças relevantes interpretadas como C-razões) e se sua C-evidência der o suporte adequado, aumentando o grau de justificação dessa crença através da integração explanatória entre todos esses conteúdos proposicionais.

Ou seja, a evidência empírica é transportada do campo causal para o campo avaliativo, de maneira que pode ser julgada conforme critérios normativos. Posto em termos assim, isso ainda soa como o fundacionismo, pois o fundacionista transforma a experiência empírica na ancoragem que garante que uma cadeia epistêmica esteja justificada.

O que deve salvar o fundarentismo do mito do dado é a maneira como a experiência empírica se torna relevante para a justificação epistêmica. O fundarentismo de Haack não considera que, ao simplesmente estarmos conscientes e percebendo objetos, já temos crenças ou conhecimento não-inferencial. O processo de produção de crença é mais complexo do que isso.

A experiência sensorial é capaz de causar crenças em um sujeito epistêmico, mas não só isso, causa também um estado evidencial, S-evidência, com uma contraparte de C-evidência. A C-evidência é capaz de atuar como peça justificatória na rede de crenças do sujeito epistêmico, junto com outras C-crenças que serão interpretadas como C-razões. As C-razões também devem possuir alguma ancoragem evidencial para que a justificação por elas conferida seja forte o suficiente.

No entanto, quando se entra nesse espaço de razões da teoria fundarentista, torna-se necessário lembrar que Haack troca o termo “lógico” pelo termo “avaliativo”. A mudança em terminologia serve para destacar um aspecto importante de sua epistemologia: a rede de crenças é sempre revisável, fazendo com que uma crença possa estar mais justificada em certo momento e menos justificada em outro. Ou seja, as crenças de um sujeito epistêmico são *avaliadas* conforme as C-razões e C-evidências são fornecidas toda vez que uma crença precisa ser justificada.

Aqui, a impressão é que Haack espelha o holismo quineano em relação ao funcionamento das ciências naturais, segundo o qual as teorias científicas podem ser sempre

revisadas frente a nova evidência relevante ou a necessidades teóricas¹⁴. De fato, Haack até mesmo constrói uma visão de desenvolvimento da ciência usando como base o fundarentismo¹⁵.

E, da mesma maneira como a ciência é construída coletivamente, o fundarentismo atribui, mesmo que às vezes isso fique subentendido, um papel relevante para a comunidade de um sujeito epistêmico. Pois, como é possível extrair de exemplos que Haack dá, o sujeito epistêmico deve ser capaz de sustentar suas crenças frente a outros sujeitos epistêmicos. Nesse caso, se dois sujeitos epistêmicos possuem a mesma evidência mas possuem crenças diferentes que apelam a esse conteúdo evidencial, talvez um deles se encontre melhor justificado por ter *razões* mais diretamente relevantes para crer.

De qualquer maneira, também vemos que o fundarentismo, no que tange à justificação de crenças empíricas, faz uso de elementos coerentistas, o que barra as acusações (como discutido no capítulo 1) de que o fundarentismo seria apenas mais uma forma de fundacionismo. Afinal de contas, mesmo que a integração da experiência seja de papel fundamental para a justificação de crenças empíricas, no momento em que a C-evidência interage com as C-razões, é de uma maneira muito mais análoga ao coerentismo do que ao fundacionismo. Ou seja, a teoria de Haack é, de fato, um híbrido entre as duas propostas, e tentar encaixá-la puramente no *framework* fundacionista é ignorar seus elementos holistas.

3.5 UMA OBJEÇÃO À SOLUÇÃO FUNDARENTISTA

Até onde foi possível verificar, o único trabalho que toca exatamente no tema da relação entre fundarentismo e mito do dado é o artigo de K. Talmont-Kaminski (2003). Nesse trabalho, ele argumenta que Haack falha na tentativa de superar o mito do dado através do fundarentismo

O primeiro ponto levantado pelo autor é de que Haack não vai longe o suficiente em sua crítica a Sellars, pois “nós não devemos apenas rejeitar sua assunção de que a justificação é puramente lógica mas devemos permitir um aspecto normativo de justificação que não seja lógico em natureza” (TALMONT-KAMINSKI, 2003, p.342, tradução nossa). Essas palavras do autor mostram uma interpretação diferente da que temos feito até agora. Na seção anterior,

¹⁴ A filosofia de Haack possui, de fato, influência de Quine, conforme Haack (1998).

¹⁵ Ver Haack (2007)

consideramos que Haack leva a cabo um projeto para dar conta dos problemas identificados por Sellars ainda dentro de um *framework* semelhante ao sellarsiano, ao considerar e expandir o escopo do espaço lógico de razões para incluir a experiência de maneira relevante e não-problemática.

Por outro lado, o autor considera que Haack apenas descarta o pressuposto de Sellars, de que justificação epistêmica é uma questão unicamente de relações lógicas, e troca pela suposição de que justificação epistêmica envolve tanto relações causais quanto lógicas. Para o autor, não é porque não é de um modo que deva ser de outro.

O segundo problema, para Talmont-Kaminski, “é o problema das cadeias causais desviantes, que perturbam teorias de duplo aspecto em geral” (TALMONT-KAMINSKI, 2003, p.342, tradução nossa). O exemplo de Talmont-Kaminski para esse possível problema é o de um erro nos nossos caminhos neurais causar a crença de que estamos na presença de um gato toda vez que sentimos o cheiro de jasmim. Ou, em um caso extremo, esse tipo de erro poderia nos causar a crença de estar na presença de um gato todas as vezes que sentimos algum cheiro. Para o autor, quando Haack argumenta que crenças são parcialmente justificadas pela experiência, ela não considera a possibilidade de estados perceptuais causarem estados de crença de uma maneira não usual.

Caso o aspecto causal não estivesse envolvido na justificação epistêmica proposta por Haack, cadeias causais desviantes não seriam um problema. Porém, para considerar a causação como um aspecto relevante da justificação, Haack deve rejeitar esse tipo de cadeia causal em favor de cadeias convencionais. Para o autor, no entanto, isso faz com que o fundarentismo se distancie do duplo-aspecto e torne-se inteiramente avaliativo. Pois uma teoria de justificação epistêmica de duplo aspecto se mostrava necessária para conseguir equacionar a experiência na justificação de nossas crenças, já que apenas o aspecto lógico não conseguia dar conta dessa tarefa. No entanto, para Talmont-Kaminski, no momento em que Haack substitui “lógico” por “avaliativo”, essa necessidade desaparece. Da maneira como o autor encara a situação, “avaliativo” possui um escopo mais amplo, sendo possível dissolver a dicotomia causal-lógico em favor de tornar a teoria apenas avaliativa. Segundo o autor,

A lógica não pode levar em conta eventos, mas não há motivos para que a avaliação não o possa. Não há sequer motivos para reavivar a distinção lógico-causal em termos de aspectos de justificação normativos e descritivos. Como vimos, se a causação deve ter papel na justificação ele terá de ser “o tipo certo” de causação, portanto dando uma qualidade normativa, da mesma maneira. No final das contas, ao invés de dois aspectos, a justificação tem apenas um - avaliativo. (TALMONT-KAMINSKI, 2003, p.343, tradução nossa)

O autor assume, portanto, que cadeias causais desviantes causam problemas para a maneira como Haack estruturou o duplo-aspecto de sua teoria. Porém esse ponto não é suficientemente claro e convincente, pois nos aparenta que o fundarentismo é capaz de lidar com esse tipo de cadeia causal.

Se eu sentir cheiro de jasmim e expressar a C-crença “há um gato por perto”, outra pessoa pode me questionar por que acredito nisso. Que tipo de justificação eu deveria oferecer? Caso eu não consiga oferecer nenhuma evidência de que há, de fato, um gato por perto, a outra pessoa presente provavelmente considerará que não estou nem um pouco justificado.

No caso de todos os cheiros causarem a crença, incluindo o cheiro de gato, eu posso ser questionado todas as vezes, e apenas na vez em que responder “eu estou sentindo cheiro de gato” é que estarei justificado.

O fundarentismo não considera justificação no vácuo ou sem sujeito epistêmico. Pelo contrário, considera que justificação depende de relações entre pessoas, e justificar uma crença é justificá-la para outras pessoas.

Quanto à troca de aspecto “lógico” por “avaliativo”, Haack não diz que “avaliativo” consegue englobar a experiência sem que essa experiência seja processada de maneira proposicional. Pois parece que essa é a pressuposição de Talmont-Kaminski para sugerir que a distinção causal-avaliativo pode ser deixada de lado em favor de um único aspecto avaliativo. Mas isso seria cair novamente no mito do dado, a menos que se possa sugerir um *framework* epistemológico completamente novo a fim de evitá-lo.

O autor chega a sugerir que deve-se abandonar o aspecto psicológico moderado do fundarentismo em favor de um naturalismo normativo em que “as conexões lógicas entre crenças cumprem um papel ao influenciar inferências psicológicas ao invés de constituir razões elas mesmas” (TALMONT-KAMINSKI, 2003, p.343, tradução nossa). Porém ficamos apenas com esse retrato puramente esquemático.

Na verdade, com “avaliativo” Haack ainda está no que Sellars chamaria de espaço das razões, porém ela não encara isso como um espaço puramente lógico, dado que

na breve discussão sobre a incompatibilidade entre consequência dedutiva e conclusividade na presença de inconsistência, encontrei uma razão para duvidar que “lógico” é a palavra correta para o componente não-causal e avaliativo da justificação; e subsequentemente, quando eu discuto a incompatibilidade entre a assim chamada “lógica indutiva” e o apoio da evidência, nós encontraremos outra (HAACK, 1993, p.30, tradução nossa)

Ainda antes disso, Haack argumenta que “o conceito de justificação é um conceito *avaliativo*, um entre uma miríade de conceitos para o *juízo* do estado epistêmico de uma pessoa” (HAACK, 1993, p.12, tradução nossa).

Se Talmont-Kaminski, por um lado, argumenta que a experiência poderia encontrar lugar no aspecto *avaliativo*, por outro lado Haack ainda enxerga o aspecto *avaliativo* como um local unicamente proposicional, em que proposições são dadas através de C-crenças, C-razões e C-evidência, e *avaliadas* em conjunto para que seja julgada a integração explanatória de todos esses elementos de maneira a conceder algum grau de justificação epistêmica. Assim sendo, ainda se faz necessário identificar que a experiência sensória do sujeito não justifica diretamente uma crença.

Assim, concluímos nesta seção, em primeiro lugar, que Haack consegue fazer a transição do espaço causal para um espaço de razões a fim de evitar o mito do dado. E, em segundo lugar, que as colocações de Talmont-Kaminski não são fatais para essa consideração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, objetivamos apresentar o fundarentismo como uma teoria da justificação epistêmica que busca superar as dificuldades do fundacionismo na tarefa de integrar a experiência ao processo justificatório, tendo no horizonte o dilema de Sellars como a principal objeção à maneira como o fundacionismo propunha essa integração.

Analisando a estrutura desenhada por Haack em sua divisão entre causal e avaliativo, encontramos uma solução que promete não incorrer na mesma transgressão categorial do fundacionismo. Enquanto, de acordo com Sellars, o fundacionista erroneamente colapsa vínculos causais com vínculos “lógicos” através do entendimento de que entreter dados dos sentidos iguala-se a possuir crenças básicas, o fundarentismo não apresenta o mesmo defeito. O fundarentismo adiciona passos na estrutura de causação e justificação, iluminando algo que é bastante intuitivo para os epistemólogos experientialistas, a saber, que a experiência é, sem dúvidas, elemento crucial para a formação de conhecimento.

Esses novos passos adicionados só são possíveis graças à adição de elementos coerentistas à teoria, porém sem nunca perder de vista o elemento experiencial. Para garantir que o elemento experiencial faça parte da estrutura epistêmica, Haack percebe que nós interpretamos nossas experiências de maneira proposicional, mas não comete o equívoco de sugerir que essa interpretação é imediatamente uma crença. Entre C-evidência e C-crença ainda há diferença, e enquanto o primeiro elemento não carrega nenhuma atitude epistêmica, o segundo é a própria atitude de acreditar, e que deve ser justificada.

Para explicar de que maneira os conteúdos proposicionais geram justificação epistêmica quando considerados em conjunto, no entanto, Haack adota outro entendimento do aspecto que Sellars chamou de “lógico”. Em sua filosofia, Sellars falava em “espaço lógico das razões”, e argumentava que a justificação epistêmica é unicamente lógica em caráter.

Haack considera falsa essa assunção, acrescentando que a causação possui um lugar relevante na justificação epistêmica. Além disso, é importante notar que a filósofa substitui “lógico” por “avaliativo”, pois considera que problemas inferenciais surgem se considerarmos que uma parte da justificação é inteiramente lógica. Dessa maneira, o espaço onde as razões devem ser levantadas para dar suporte à justificação epistêmica é um ambiente avaliativo, onde a C-crença, bem como as C-razões e C-evidência são julgadas em conjunto não por seu suporte lógico, mas pela maneira como se apoiam mutuamente tendo em vista a produção de uma explicação.

A cuidadosa consideração do espaço avaliativo no último capítulo, que nos sugeriu que o fundarentismo fornece solução suficientemente adequada ao dilema de Sellars bem como que as críticas de Talmont-Kaminski não prejudicam essa solução, serviu ademais de elaboração ulterior dos motivos para descartar a hipótese de que o fundarentismo seja apenas mais uma forma de fundacionismo. Pelo contrário, a explicação do funcionamento do aspecto avaliativo torna mais do que claro que o fundarentismo é uma tese distinta tanto do fundacionismo quanto do coerentismo.

As conclusões até aqui obtidas são, contudo, parciais. Em particular, devemos admitir que novas perguntas certamente surgirão quando examinarmos a resolução do dilema de Sellars proposta por Haack à luz de sua substituição do conceito de “lógico” pelo conceito de “avaliativo”. Essas perguntas se tornarão ainda mais prementes caso desejemos comparar os esforços de Haack com as críticas de Sellars. No entanto, como nosso foco se situou, primeiramente, em identificar as diferenças entre o fundarentismo e o fundacionismo no tocante aos modos em que essas teorias integram a experiência empírica e, em segundo lugar, em determinar o sentido em que a teoria mais recente logra mais sucesso, o trabalho de olhar com atenção para as diferenças entre “lógico” e “avaliativo” é um tema que ficará para uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, Lucas; ARISTÓTELES. **Metafísica** Livros I, II e III. Campinas: Unicamp, 2008.
- ARISTÓTELES; BARNES, Jonathan. **Posterior analytics**. New Jersey: Princeton University Press, 2014.
- AUDI, Robert et al. **The structure of justification**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BONJOUR, Laurence. The dialectic of foundationalism and coherentism. **The Blackwell guide to epistemology**. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1999. p. 117-142.
- BONJOUR, Laurence. Externalist theories of empirical knowledge. **Midwest studies in philosophy**, Minneapolis, v. 5, p. 53-73, 1980.
- BONJOUR, Laurence. **The structure of empirical knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- BONJOUR, Laurence. Haack on justification and experience. **Synthese**, Amsterdã, p. 13-23, 1997.
- CARNAP, Rudolf. **The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy**. Los Angeles: Universidade da Califórnia, 2003. Tradução: Rolf A. George.
- CARTER, J. Adam; GORDON, Emma C.; JARVIS, Benjamin (Ed.). **Knowledge first: Approaches in epistemology and mind**. Oxônia: Oxford University Press, 2017.
- CHISHOLM, Roderick M. et al. **Theory of knowledge**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1989.
- CLIFFORD, William K. **The ethics of belief**. Abingdon: Routledge, 2014.
- DANCY, Jonathan. **An introduction to contemporary epistemology**. Oxford: Blackwell, 1985.

DESCARTES, René; DE FRAGA, Gustavo. **Meditações sobre a filosofia primeira**. Coimbra: Almedina, 2004.

DINIS, Pedro. **A teoria fundarentista da justificação epistémica de Susan Haack**: contra o coerentismo, o fundacionalismo e o fiabilismo. 2013. 177f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2013.

FELDMAN, Richard; CONEE, Earl. Internalism defended. **American Philosophical Quarterly**, Illinois, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2001.

FIRTH, Roderick. Coherence, certainty, and epistemic priority. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 61, n. 19, p. 545-557, 1964.

GETTIER, E. L.. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis**, Oxford, 23 (6), 1963, 121-123.

HAACK, Susan. **Evidence and Inquiry**: A Pragmatist Reconstruction of Epistemology. Nova York: Prometheus Books, 1993.

HAACK, Susan. Reply to BonJour. **Synthese**, Amsterdã, p. 25-35, 1997.

HAACK, Susan. Between the Scylla of Scientism and the Charybdis of Apriorism. Em: **The philosophy of PF Strawson**. LaSalle: Open Court, 1998. p. 49-63.

HAACK, Susan. **Defending Science—Within Reason**: Between Scientism and Cynicism. Nova York: Prometheus Books, 2007.

HAACK, Susan. The Role of Experience in Empirical Justification: Response to Nikolai Ruppert, Riske Schlüter, and Ansgar Seide. Em: **Susan Haack: Reintegrating Philosophy**. Cham: Springer, 2016. p. 157-165.

LEWIS, Clarence Irving. **An Analysis of Knowledge and Valuation**. LaSalle: Open Court, 1946.

MAROLDI, M. M. O mito do dado e a epistemologia de Sellars. **Griot : Revista de Filosofia**, [S. l.], Amargosa, v. 14, n. 2, p. 393–409, 2016.

MISAK, Cheryl J. **Verificationism**: Its History and Prospects. Abingdon: Routledge, 1995.

PRICE, H. H. **Perception**. Londres: Methuen & Co., 1964.

QUINE, Willard van Orman. Two dogmas of empiricism. Em: **Can Theories be Refuted?**. Dordrecht: Springer, 1976. p. 41-64.

QUINE, Willard Van Orman; ULLIAN, Joseph Silbert. **The web of belief**. Nova York: Random House, 1978.

QUINTON, Anthony. **The Nature of Things**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1973.

RESCHER, Nicholas. Foundationalism, Coherentism, and the Idea of Cognitive Systematization. **Journal of Philosophy** (nov. 1974), Nova York, pp. 695ff.

ROCHA, Ronai Pires da. **Em Favor do Comum**: Estudos sobre a formação da “filosofia da linguagem comum”. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RORTY, Richard. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2009.

RUPPERT, Nikolai; SCHLÜTER, Riske; SEIDE, Ansgar. Problems at the Basis of Susan Haack’s Foundherentism. Em: **Susan Haack: Reintegrating Philosophy**. Cham: Springer, 2016. p. 59-70.

RUSSELL, Bertrand. **Human knowledge: Its scope and limits**. Abingdon: Routledge, 2009.

SAYRE-MCCORD, Geoffrey. Coherentist epistemology and moral theory. 1996. Em: **Moral Knowledge? New Readings in Moral Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 1996. pp. 137-189.

SELLARS, Wilfrid. Empiricism and the Philosophy of Mind. **Foundations of Science and the Concepts of Psychology and Psychoanalysis**, Minneapolis, v. 1, p. 253-329, 1956.

SELLARS, Wilfrid. **Empirismo e Filosofia da Mente**. Tradução: Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOSA, Ernest. The foundations of foundationalism. **Nous**, New Jersey, p. 547-564, 1980.

TALMONT-KAMINSKI, Konrad. **What does Haack’s double-aspect experientialism give us?**. 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/262512/What_Does_Haack_S_Double_Aspect_Experientialism_Give_Us>. Acesso em: 8 abr. 2022.

TRAMEL, Peter. Haack's foundherentism is a foundationalism. **Synthese**, Amsterdã, v. 160, n. 2, p. 215-228, 2008.